

7ª EDIÇÃO WORKSHOP

DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS E TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEAS

RUMOS DA INVESTIGAÇÃO NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

22-23 MAIO 2023, Iscte

LIVRO DE RESUMOS

dinamia
'cet _iscte

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

fct

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

FICHA TÉCNICA

A Comissão Organizadora

Ana Oliveira
Maria Eduarda Gonçalves
Rolando Volzone
Nuno Bento

A Comissão Científica

Alexandra Paio
Alexandra Saraiva
Ana Costa
Andrea Pavoni
Cristina Sousa
Eduardo Medeiros
Elisabete Tomaz
Fátima Suleman
Florinda Matos
Helena Lopes
Isabel Salavisa
Joana Lages
Margarida Perestrelo
Maria Assunção Gato
Maria de Fátima Ferreiro
Maria Inês Gameiro
Nuno David
Patrícia André
Patrícia Bento D'Almeida
Paula André
Paulo Marques
Pedro Costa
Pedro Videira
Pedro Quartín Graça
Pierre Guibentif
Ricardo Costa Agarez
Sandra Marques Pereira
Sérgio Lagoa
Teresa Costa Pinto
Teresa Marat-Mendes
Winston Jerónimo

Design

Bruno Vasconcelos

ISBN

978-989-781-808-0

RUMOS DA INVESTIGAÇÃO NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

22 e 23 de Maio de 2023

Auditório Afonso de Barros - Edf. Ala Autónoma | Iscte

PROGRAMA

22 DE MAIO

9h30 – 9h45

Abertura

Paulo Tormenta Pinto | Diretor DINÂMIA'CET-Iscte

Comissão Organizadora

Ana Oliveira, Maria Eduarda Gonçalves, Rolando Volzone,
Nuno Bento

9h45 - 11h00

HABITAÇÃO, TERRITÓRIO E ENSINO DA ARQUITETURA

Moderação: Joana Pestana Lages

Ainda e sempre a Cidade e a Habitabilidade
Paula André, Margarida Marino e Ana Nevado

**Turistificação e exclusão habitacional. A condição de sem
abrigo em Ponta Delgada, Açores**
Lídia Fernandes, Paulo Vitorino Fontes, Joana Pestana
Lages, Luís Mendes e Hélder Fernandes

**Contributo das atividades das Associações Mutualistas
para a sustentabilidade do Território**
Paula Cristina Barros, Ana Patrícia Duarte
e Margarida Perestrelo

**O que significa "radical", hoje? Reflexões sobre o conceito
de radical no ensino da Arquitetura contemporâneo**
Inês Nascimento

11h00 - 11h15 | COFFEE-BREAK

11h15 - 12h30

CULTURA, TURISMO E ESPAÇO URBANO

Moderação: Maria Assunção Gato

**Legislar a orgânica das entidades sob a tutela central da
Cultura. Evolução do panorama legislativo no período
democrático em Portugal**
Tiago Mendes e Pedro Costa

**Novas expressões do turismo urbano e a competição
pelo uso da cidade de Lisboa: turistas, nómadas digitais e
residentes**
Maria Assunção Gato e Ana Rita Cruz

**Indicadores do espaço urbano: para uma análise e
caracterização dos espaços públicos**
Ana Cravinho e Teresa Madeira da Silva

**Definir o vazio: definição de diferentes conceitos
relacionados com vazios urbanos ou urban voids ou
terrenos vagos com base na literatura académica
existente**
Lorenzo Stefano Iannizzotto e Alexandra Paio

12h30 - 13h45 | ALMOÇO

13h45 - 15h00

INOVAÇÃO E DESCARBONIZAÇÃO

Moderação: Nuno Bento

**How innovations lead to structural change. Elements for a
theory of system transformation**
Nuno Bento, Margarida Fontes e Evaldo Costa

**Transformative business models for decarbonization. The
case of Web Summit award-winning start-ups**
Evaldo Costa, Nuno Bento e Margarida Fontes

**Analyzing public policies for decarbonizing transport: the
joint diffusion of electric vehicles and renewable energies**
Cristina Sousa e Evaldo Costa

**Climate Policies in Decarbonization Strategies. A
computational approach**
Margarida Fontes, Tiago Alves e Nuno Bento

15h00 - 16h15

TRABALHO E TRANSIÇÃO DIGITAL

Moderação: Isabel Salavisa

**O Emprego Científico e a Política de C&T em Portugal.
Precariedade e contratualização**
Ana Mafalda Vieira e Isabel Salavisa

Trabalho e transição energética e digital
Helena Lopes

**Telework and the future of work and organizations. An
Exploratory Analysis**
Isabel Salavisa, Eduardo Simões e Glória Rebelo

Digital platforms: how to regulate?

Maria Eduarda Gonçalves

16h15 - 16h30 | COFFEE-BREAK

16h30 - 17h30

TRANSFORMAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Moderação: Eduardo Medeiros

**Raw materials in a transition path: the case of rare earths
elements in EU**
Guilherme Azambuja e Maria de Fátima Ferreiro

**Assessing impacts of environmental sustainability public
policies in the Lisbon Metropolitan Area. Using the
Impact-WEB-GIS Platform**
Eduardo Medeiros e Bernardo Valente

**Opportunities and challenges for companies diversifying
into the value chain. The case study of marine renewable
energy technologies**
Cristina Sousa, Margarida Fontes e Oscarina Conceição

17h30 - 18h30

ORADOR CONVIDADO

Moderação: Maria Eduarda Gonçalves

Cenários de evolução para Portugal
José Manuel Félix Ribeiro

18h30 – 20h30

DINÂMIA(SUN)CET

MOMENTO DE CONVÍVIO COM COMIDA E MÚSICA

RUMOS DA INVESTIGAÇÃO NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

22 e 23 de Maio de 2023

Auditório Afonso de Barros - Edf. Ala Autónoma | Iscte

PROGRAMA

23 DE MAIO

9H30 - 10H45

MESA REDONDA SOBRE O MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA PORTUGAL NO ÂMBITO DA TRANSIÇÃO CLIMÁTICA

Moderação: Cristina Sousa
Isabel Salavisa, Helena Lopes, Nuno Bento e Susana Fonseca

10H45 - 11H00 | COFFEE-BREAK

11H00 - 12H15

DINÂMICAS CULTURAIS E TERRITORIAIS

Moderação: Ana Brandão

Dos Grandes Trabalhos à Monumentalidade Crítica em Álvaro Siza. Dois projetos sobre a cidade do virar do milénio

Paulo Tormenta Pinto, Ana Brandão, Pedro Pinto e Elodie Marques

Stronger Peripheries. Discutindo e operacionalizando a participação cultural num projeto europeu a partir das noções de “sul” e de “periferias”

Pedro Costa, Ricardo Venâncio Lopes, Margarida Perestrelo e Elisabete Tomaz

Um “Observatório” das Dinâmicas do Património Religioso no Alentejo

Rolando Volzone [online]

Resiliência cultural, redes e tenacidade em ambientes urbanos de pequena dimensão em Portugal

Hugo Reis

12H15 - 13H15

APRESENTAÇÃO DE FUTURAS PROPOSTAS DE PROJETOS COLETIVOS

Moderação: Nuno Bento

*Luís Vasconcelos Abreu e Winston Jerónimo Silvestre
Ana Brochado
Mário Silveiro Barros
Sérgio Lagoa e Ricardo Barradas
Luísa Teixeira Alves*

13H15 - 14H30 | ALMOÇO

14H30 - 15H45

GOVERNAÇÃO E POLÍTICAS

Moderação: Ricardo Barradas

Podem os últimos ser os primeiros? Condições habitacionais indignas na AML: oportunidades, desafios e lutas em curso

Joana Pestana Lages

Participação e institucionalização. Uma reflexão sobre as práticas participativas na governança urbana em Portugal

Isabella Rusconi

Why Does the Nexus Between Finance and Inequality Break in Times of Financialisation? Empirical Evidence for the European Union Countries

Ricardo Barradas

Políticas salariais das empresas em Portugal nas últimas décadas. Forças institucionais ou forças do mercado?

Sérgio Lagoa, Fátima Suleman e Abdul Suleman

15H45 - 17H00

FORMAS DE TRABALHO E ENVELHECIMENTO

Moderação: Ana Oliveira

Promoting work from anywhere: an analysis of new working spaces in Portugal

Elisabete Tomaz e Maria Assunção Gato

Hybrid work patterns. Implications for urban design and planning

Juliana Martins

A sério, qual é a tua profissão? Uma tipologia de carreiras DIY nas cenas musicais independentes em Portugal

Ana Oliveira

O Protocolo de Cascais. Construção e reconstrução da velhice num processo de coconstrução de políticas para o envelhecimento

Gustavo Sugahara e Marta Matos

17H00 - 17H30 | COFFEE-BREAK

EXPOSIÇÃO DE LIVROS

17H30 - 18H30

O IMPACTO SOCIAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO DINÂMIA/CET-ISCTE: APRESENTAÇÃO E DEBATE ALARGADO

Patrícia André e Carolina Henriques

Moderação: Ana Costa

18H30 - 18H45

ENCERRAMENTO DO WORKSHOP

APRESENTAÇÃO E DEBATE ALARGADO

O IMPACTO SOCIAL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

PISTAS, TERMOS E TERMINOLOGIAS PARA UM ROTEIRO DE DISCUSSÃO

PATRÍCIA ANDRÉ

DINÂMIA'CET-Iscte
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

CAROLINA NETO HENRIQUES

DINÂMIA'CET-Iscte
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

A Linha Temática Reflexividade, Comunicação e Responsabilidade Social da Ciência do Grupo de Investigação Governação, Economia e Cidadania (GEC) pretende contribuir para o exercício analítico e reflexivo que, ao longo dos últimos anos, se tem procurado desenvolver no seio do DINÂMIA'CET-Iscte. a propósito da sua própria produção científica, bem como das estruturas e dinâmicas em que assenta e se projecta.

Uma das vertentes a desenvolver neste contexto prende-se especificamente com a dinamização da discussão e reflexão sobre o impacto social da investigação e conhecimento produzidos pelo DINÂMIA'CET-Iscte.

Esta reflexão, que se pretende colectiva e partilhada, visa estabelecer bases para a definição de um léxico tendencialmente consensualizado e partilhado que, em última análise, possa orientar exercícios concretos de avaliação de

impacto e a estipulação de directrizes sobre práticas a incorporar ao nível do desenho e execução de projectos, bem como ao nível da gestão científica do DINÂMIA'CET-Iscte.

A comunicação que se propõe ao workshop visa despoletar aquela discussão alargada – aproveitando a vocação e potencialidade reflexivas do encontro anual do centro – convocando dados preliminares sobre a investigação no DINÂMIA'CET-Iscte (a partir dos projectos de investigação em curso e dos relatórios, planos e trabalhos preparatórios dos ciclos de avaliação 2018-2023) e colocando em debate um quadro teórico e operacional sobre o impacto social da ciência que se mostre – intersubjectivamente – capaz de acomodar e enquadrar o desenvolvimento posterior deste exercício interno no seio do DINÂMIA'CET-Iscte.

MESA REDONDA

ROUND TABLE ON A DEVELOPMENT MODEL FOR PORTUGAL WITHIN THE FRAMEWORK OF CLIMATE TRANSITION

ISABEL SALAVISA

DINÂMIA'CET-Iscte
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

NUNO BENTO

DINÂMIA'CET-Iscte
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

HELENA LOPES

DINÂMIA'CET-Iscte
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

SUSANA FONSECA

Associação Sistema Terrestre
Sustentável ZERO

AIM

The aim of the Round Table is to discuss a general framework to build a development model for Portugal within the context of Climate Transition.

The recent launch of the Synthesis Report of the IPCC 6th Assessment Report (IPCC, 2023), on March 19, has provided an updated overview and scenarios that call for immediate action, at multi-level scales and across multiple domains. This report help us think about how to combine development, mitigation and adaptation to the already underway climate changes (see also Santos, 2021).

- Climate change impacts are underway, and they will become more complex and difficult to deal with if action is delayed.

- Huge investments have to be made in infrastructures. However, transformations that do not rely upon big investment, but rather in reducing- recycling-reusing natural resources and drastically improving efficiency in their usage, have also to take place, together with changes in lifestyles.

- The serious impacts of climate change are already occurring, in the form of more frequent climate extremes, but also increasing desertification, water scarcity, food insecurity, health problems, and population displacement.

SETTING THE SCENE

The Report presents facts and arguments, based on the assessment of recent advances on scientific knowledge on climate change.

- Deep, rapid and immediate action is needed now (current decade) to limit global warming increase to 1.5o C (relative to the period 1850-1900) in the near term (until 2040). Since an increase of 1.1o C has already occurred, there is a narrow window of opportunity to change patterns of unsustainable consumption and production and transform most sectors of economic activity and social life.

CLIMATE RESILIENT DEVELOPMENT

It is possible to combine development, mitigation and adaptation to climate change? The IPCC Report proposes the concept of a Climate Resilient Development, which draws on the original concept of sustainable development (United Nations, Brundtland Report, 1987). It has affinities with the concept of 'doughnut economy' (Raworth, 2018) and does not ignore neither the gloomy outlook of

some authors (Wallace-Wells, 2019; Latouche, 2011) nor the contributions of others who have argued for prosperity without growth (Jackson, 2009), or analysed the possibility of decoupling (Haberl et al, 2020, Van den Bergh, 2017).

The distinction of “strong sustainability” and “weak sustainability” (Kuhlman & Farrington, 2010), is relevant in heuristic and climate policy terms. It permits a better understanding of the diversity of natural resources (renewable and non-renewable; substitutable and non-substitutable), and their heterogeneous depletion consequences.

Economists’ approaches tend to be biased towards weak sustainability, with a belief in scientific advances and technological solutions (Gates, 2021). On the contrary, the Brundtland Report (UN, 1987) argues for adopting a development model compatible with strong sustainability, that is with the preservation of species and environment in the long-run. The tension therefore is not only between economy and nature, but also between short- and long-term.

MITIGATION AND ADAPTATION FOR CLIMATE RESILIENT DEVELOPMENT IN PORTUGAL

Climate resilient development integrates adaptation and greenhouse gas mitigation (AR6). The systemic change to achieve deep and rapid reduction of GHG emissions implies the transition of large socio-technical systems - like energy, mobility, housing, nutrition – and the protection and restoration of ecosystems (AR6, p.30). It also implies socio-cultural and behavioural changes.

In the main areas of economic activity and social life, options are possible and necessary, combining mitigation and adaptation. Some examples:

- In the energy system: drastic reduction of fossil fuel use; extension of carbon capture and storage; widespread electrification; stronger integration across the energy system; improvement of energy conservation and efficiency.

- In cities and infrastructures: promotion of compact urban forms; reduction of commuting; extension of public transport offer and use and active mobility; green, blue and grey infrastructures; efficient construction and use of buildings; materials substitution and re-use.

- In land, food and water: conservation, improved management and restoration of forests; reforestation; shift to healthy diet; reduction of food loss and waste; promotion of sustainable agriculture; conservation of wetlands, peatlands and similar areas; preservation of watersheds.

- In biodiversity: preservation of terrestrial habitats, coastal, freshwater and ocean areas; combating overexploitation and restoring eco-systems.

Multiple opportunities for scaling up climate action exist, with many adaptation actions offering large synergies with mitigation (AR6, p.28). For instance, progress in mitigation, in addition to its main climatic impacts, provides co-benefits in terms of air quality and health.

This framework should be used to think a development model for Portugal. If many advances have already occurred in the energy system, global changes are needed in most sectors: in agriculture and nutrition; in construction and cities planning; in public transport and mobility; in forest and nature reserves management.

SOME QUESTIONS TO ADDRESS

- 1** Is it possible to continue to encourage an ever-expanding tourism industry - although it represents less than 20% of GDP - with the substantial negative impacts it has on housing, infrastructure, landscape and natural reserves?
- 2** Which are the foreseen new or expanding activities and those that will be transformed or go into decline?
- 3** What are the necessary transformations in the energy system, with anticipated widespread electrification?
- 4** What are the main challenges for consumers, posed by increasing restrictions on the use of natural resources, and the consequences for price and access, including basic goods such as food?
- 5** What are the main challenges for workers and employment, with the restructuring/reduction of many activities, and the creation of some more skilled and/or more labour-intensive, such as in care and food production?
- 6** How can democratic countries mobilise citizens and institutions to become active supporters of the transition process, which requires a change in many habits and aspects of the dominant lifestyles?
- 7** What kind of policies and instruments, combining price mechanisms, legal/regulatory processes and information, should be used to promote the transformation of the productive structure?
- 8** How can we combine a regenerative economy with well-being?

A SHORT-TERM, COMPARTMENTALIZED VISION OF THE COUNTRY'S ECONOMIC FUTURE NEEDS TO BE REPLACED BY A SYSTEMIC, MEDIUM-LONG TERM VISION, COMBINING PROGRESS IN WELL-BEING WITH CLIMATE TRANSITION.

RESUMOS

**PAINEL
HABITAÇÃO, TERRITÓRIO E
ENSINO DA ARQUITETURA**

AINDA E SEMPRE A CIDADE E A HABITABILIDADE

AUTORES

Paula André

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

paula.andre@iscte-iul.pt

Margarida Marino

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

Ana Nevado

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

Partindo da atemporalidade do debate e bandeira do direito a uma habitação acessível, reactivamos historiograficamente o ano de 1969 em que Amos Rapoport publica a obra seminal *House, Form and Architecture*, que Nuno Portas publica *A Cidade como Arquitectura*, e se realiza em Lisboa o Colóquio sobre Política da Habitação (LNEC, 30 Junho-5 Julho) iniciativa do Ministério das Obras Públicas. O Colóquio teve como presidente da comissão organizadora o arquitecto Ignácio Peres Fernandes, e nele se incluíram representantes de organismos públicos e do sector privado. Foi debatido o enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social, a integração da habitação no planeamento urbanístico, a política dos solos, o financiamento da habitação, a execução da habitação e a estrutura orgânica do sector público no domínio da habitação, Assumindo o passado tal como Friedrich Nietzsche não apenas como conhecimento, mas como ferramenta operativa e criativa para o futuro (Nietzsche, 2005); conscientes tal como Juan José e Lahuerta que é o presente que influencia o passado, actuando retroactivamente sobre ele (Lahuerta, 2021) e considerando à maneira de Georges Kubler um tempo interno e um tempo externo (Kubler, 1962), resgatamos o Colóquio sobre Política da Habitação, os arquitectos que nele participaram (Nuno Portas; J. M. Alves de Sousa; D. Castelo-Branco; J. Rafael Botelho; Mário Bruxelas; Vasco Lobo; Câncio Martins; Braula Reis, entre outros), explorando as ressonâncias na imprensa diária (jornal Diário de Lisboa) e em publicações periódicas (revista Binário; revista Arquitectura; revista Seara Nova; revista Informação Social). No ano de 1969 o jornal Diário de Lisboa a par das sucessivas notícias em torno das obras do Metropolitano de Lisboa e do Aeroporto de Lisboa, sobre Lisboa cidade desconexa, sobre a Brandoa, sobre os Olivais, publicava notícias sobre ao aumento do preço das rendas, sobre a política dos terrenos, sobre as questões do inquilinato, sobre a construção de casas de renda moderada, sobre os senhorios nunca cumprirem as intimações para fazer obras. Relativamente ao Colóquio sobre Política da Habitação destacam-se as notícias sobre os 300 técnicos que durante uma semana discutem o problema da habitação, sobre Lisboa ser apontada como exemplo de destruição urbanística e vítima de constante especulação no domínio dos solos e e a noticia anunciando que todos os problemas têm solução, até o das casas para toda a gente. Entre a difusão das sínteses elogiosas da imprensa diária e a denúncia possível das fragilidades por parte de alguns arquitectos (com particular destaque para as investigações do arquitecto Pedro Vieira de Almeida) divulgadas em publicações periódicas, valorizamos a análise crítica referente à importância dos equipamentos como vector fundamental na relação entre o individuo e a cidade e como acto de reargumentação e como acto de “pós-produção” (Bourriaud, 2009).

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to
Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Habitabilidade
Sustentabilidade
Adaptabilidade
Recarga activa
Reativação Urbana

REFERÊNCIAS

- Espegel, C.; Cánovas, A.; Lapuerta, J. M. (2022). *Amaneceres domésticos. Temas de vivienda colectiva en la Europa del siglo XXI*. Madrid: ICO.
- Colóquio sobre Política da Habitação. Relato Final. (1969). Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- Rapoport, A. (1969) *House, Form and Architecture*. Michigan: Prentice-Hall.

TURISTIFICAÇÃO E EXCLUSÃO HABITACIONAL: A CONDIÇÃO DE SEM ABRIGO EM PONTA DELGADA, AÇORES

AUTORES

Lídia Fernandes

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

Fatima.Suleman@iscte-iul.pt

Paulo Vitorino Fontes

UAC

paulo.v.fontes@uac.pt

Joana Pestana Lages

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

Joana.Lages@iscte-iul.pt

Luís Mendes

CEG/IGOT-ULisboa

luis.mendes@campus.ul.pt

Hélder Fernandes

Novo dia

helderfernandes@cipavioleta.org

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to
Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Turistificação
Exclusão habitacional
Sem-abrigo
Açores

Os sistemas de habitação poderão contribuir para reforçar ou contrabalançar os efeitos dos regimes de bem-estar na pobreza e desigualdade, afetando o sentido as dinâmicas de exclusão habitacional e, em particular, contribuir para aumentar o número de pessoas sem abrigo num determinado território. Um estudo encomendado pela Comissão Europeia no âmbito da European Social Policy Network (ESPN), apontou o papel determinante das pressões do mercado imobiliário enquanto fator para o aumento de situações de sem abrigo e outras formas de exclusão habitacional na Europa ao longo década de 2010 (Baptista & Marlier, 2019). Sendo clara a natureza estrutural dos principais fatores de gatilho associados à pobreza e a desigualdade, o relatório aponta a insuficiente oferta de habitação acessível enquanto um elemento chave para a condição de sem abrigo.

No entanto, estão pouco exploradas que dinâmicas serão determinantes para a diminuição dessa oferta e, em particular, o papel que terão o turismo e a turistificação. Esta comunicação visa apresentar uma primeira análise e reflexões a partir dos resultados do estudo À Margem – A condição de sem-abrigo nos Açores em torno das possíveis relações entre dois processos: uma trajetória de crescimento expansivo do turismo e o aumento de pessoas nesta condição. Argumenta-se que a relação entre os dois fenómenos assume duas facetas: uma, de natureza sobretudo natureza material, relacionada com as dinâmicas económicas associadas a turismo, que terão contribuído para diminuir a oferta habitacional de habitação acessível, em especial nos segmentos mais empobrecidos e em maior risco de exclusão habitacional; uma segunda, de natureza sobretudo simbólica, tomando a forma de uma narrativa que produz socialmente imagens idílicas do lugar turístico, essencial à manutenção do consumo visual, no qual os indigentes representam uma mancha no postal turístico. Considera-se que estas duas facetas são essenciais para delimitar os termos do conflito urbano associado, nomeadamente por definir a legitimidade e recursos (materiais e simbólicos) disponíveis aos atores envolvidos e que são particularmente críticas quando falamos de atores excluídos e potencialmente marginalizados, como é caso deste grupo social.

Nesta comunicação abordaremos sobretudo a dimensão económica que, embora sendo decisiva na produção de exclusão habitacional, está pouco estudada e visibilizada. Mais do que sínteses conclusivas, para além de apresentar um breve estado da arte sobre o tema, pretende-se explorar um conjunto de dados que permitam refinar questões de pesquisa e estabelecer bases empíricas que permitam compreender as dinâmicas que poderão estar subjacentes a esta relação entre: o crescimento do turismo e a turistificação; a diminuição de oferta de habitação para a segmentos mais empobrecidos; e o aumento do número de pessoas em condição de sem abrigo.

Neste sentido, seguimos o apontamento de Shinn (2010) quando sugere que não é apenas a dimensão do setor social da habitação mas também em que medida o custo de habitação para as unidades de baixo custo disponíveis pode ultrapassar o que as pessoas pobres podem pagar. Nesta linha de ideias,

alguns dos fatores chave a considerar são: o aumento das rendas para unidades de baixa qualidade e a diminuição do stock de unidades de baixa qualidade e rendas baixas. Equacionamos a pressão que a especulação imobiliária associada à oferta massiva de airbnb exerce na oferta de habitação acessível junto das pessoas em situação de maior vulnerabilidade - especialmente os segmentos mais empobrecidos e excluídos da classe média baixa e classe baixa. Sugere-se que essa especulação, muitas vezes associadas a operações de revitalização urbana, tende a criar distorções no mercado local de habitação, agora dirigido a novas procuras residenciais por parte de uma elite transnacional e global e/ou de investimento estrangeiro, diminuindo a oferta de habitação acessível e contribuindo para aumentar o número de pessoas em condição de sem abrigo.

Tendo por referência das dinâmicas operadas em Ponta Delgada, a maior cidade do arquipélago e onde se verificava em 2020 uma maior proporção de pessoas em condição de sem abrigo por mil habitantes (com tendência a aumentar nos anos seguintes), são abordados um conjunto de indicadores estatísticos e relativos à dinâmicas dos mercados da habitação e do turismo, entre os períodos censitários 2011 e 2021 e, em particular, no período entre 2017 e 2022, considerado crítico no que diz respeito ao crescimento do turismo na região, assim como o agravamento dos processos de exclusão habitacional. São também analisados alguns instrumentos políticos relacionados com o turismo e a habitação - de âmbito municipal, regional e nacional - que poderão ter afetado essas dinâmicas.

REFERÊNCIAS

Fontes, P. V., Fernandes, H., & Fernandes, L. (2022). À Margem – A condição de sem-abrigo nos Açores. Novo Dia - Associação para a inclusão social.

Baptista, I., & Marlier, E. (2019). Fighting homelessness and housing exclusion in Europe. A study of national policies. (European Social Policy Network (ESPN)). European Commission. <https://data.europa.eu/doi/10.2767/624509>

CONTRIBUTO DAS ATIVIDADES DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS PARA A SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO.

REFLEXÃO E DEFINIÇÃO

AUTORES

Paula Cristina Barros

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal
pcsbs@iscte-iul.pt

Ana Patrícia Duarte

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, BRU, Lisboa, Portugal
patricia.duarte@iscte-iul.pt

Margarida Perestrelo

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal
margarida.perestrelo@iscte-iul.pt

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Associação Mutualista
 Região
 Sustentabilidade
 Território

Quando comumente nos referimos ao território e à região, identificam-se várias perspetivas, conceitos e elementos assim como vários atores, que compõem e alteram este território pelo seu viver. Domingues, numa apresentação TED Talks intitulada “Ruralidade urbana”(2015) afirma que é importante refletir muito sobre o que são as questões de redes, de relações e a espacialidade (rural e o urbano). Neste resumo alargado, apresenta-se como metodologia a análise das atividades das Associações Mutualistas [AM], como atores que contribuem no território, em particular, a Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de São Pedro do Sul [MUT] e a Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Gondomar [AMUT]. As duas instituições, permitem analisar as respostas alternativas ao Sistema de Segurança Social e de Seguros, mas sem recorrer ao mercado dominante (economia capitalista), pelo contrário, estas, através do seu código assentam as suas atividades na solidariedade e reciprocidade entre os seus membros.

Partimos da pergunta: Quais as atividades das Associações Mutualistas no território e qual o seu contributo para a transformação e desenvolvimento, em termos de saúde, qualidade de vida e bem-estar dos seus associados? Alguns autores como Lefebvre (2011), Stavrides (2016) e Moreira (2009) vislumbram no espaço mais do que o essencial, a essência da utilidade e o que o compõe, entre a objetividade e a subjetividade, a memória. Identificam-se elementos comuns como seja a região e o território. Neste sentido a MUT, inserida em território nacional e de acordo com dados recolhidos no Instituto Nacional de Estatística [INE], para o período de referência, 2021, São Pedro do Sul tem de valor de densidade populacional 43,3 [n.º/Km²] e a proporção de superfície da área classificada é 44%, enquanto que a AMUT, sediada em Gondomar, de acordo com a mesma fonte e para o mesmo período tem um valor de densidade populacional 1246,0 [n.º/Km²] e a proporção de superfície da área é 11,8% (INE, 2021). Estes elementos são relevantes para contextualizar a atuação destas estruturas na região em que se inserem e para as características do território. Contextos extremos como assistimos com a pandemia COVID-19, aceleraram a transição em respostas sociais, digitais, entre outras. Concomitantemente o território, de uma forma geral, sofreu após a pandemia uma aceleração em termos de sociedade, utilizadores e acessibilidade, distribuição, produção e oferta por parte das entidades que operam nestes territórios. Assim, que atividades disponibilizadas por estas associações, que como referimos, inserem-se no órgão executivo do município, podem contribuir para o território? Importa, portanto, refletir como estas associações identificam na representatividade das pessoas (que podem ser associados), que no limite se circunscrevem aos projetos que desenvolvem promovendo respostas ao encontro das necessidades identificadas junto de quem habita o território. Descrevem-se de seguida as atividades desenvolvidas pelas AM em análise: MUT (2002): a) MutKids (Jardim de infância; CATL e Sala de estudo); b) Apoio à saúde | participações [participação em regime de complementaridade dos benefícios concedidos pela ADSE e/ou pelo SNS] (Consultas médicas, fisioterapia e tratamentos termais; Consultas e tratamentos de estomatologia; Assistência Medicamentosa; Próteses, órteses, partos e ambulatório); c) Outros apoios (Benefício Educativo; Prémio de Mérito Educativo;

Prémio de Ingresso Universitário; Subsídio de Apoio à Natalidade; Ações Culturais e Recreativas e Protocolos) (MUT, 2023). AMUT (2011): a) Saber (Encontros com sabedoria; Formação; Biblioteca; Prémio Mérito escolar; AMUT'Fun; E-Learning); b) Saúde (Clínica AMUT Saúde; [Fisioterapia Manual; Medicina Tradicional chinesa; Nutrição; Orientação vocacional; Osteopatia; Psicologia Clínica; Reiki; Terapia da fala]; AMUT'Natura [Loja AMUT'Natura] e AMUT'Ajuda); c) Caminhando (Trilhos; Caminhos de Santiago; AMUT'Férias; Porto de Histórias e AMUT'eiros Obsessivos) (AMUT, 2023). Da análise e identificação das atividades promovidas por estas AM no território e região, torna-se evidente que a relação entre todas é importante para a compreensão do contributo que estas entregam como benefício aos seus associados, como resposta a um mundo em transformação. Estes associados beneficiam de atividades e respostas na área da saúde, complementariedade nas despesas de saúde, acesso a Jardim de infância; CATL e Sala de estudo, os passeios promovidos pela AMUT exprimem um sentido de saúde e bem-estar, aliados a respostas complementares alternativas à medicina tradicional, com a resposta da AMUT'Natura.

Salienta-se que a análise destas respostas, são importantes no desenvolvimento da investigação que decorre no DATMC no ISCTE, na medida em que estas duas AM, são os objetos de estudo da referida investigação e que permitem aferir através da metodologia, Análise Estratégica de Atores e do Índice de Bem-Estar do INE, aos seus associados, o contributo destas instituições no território.

Diz Domingues (TED, 2015) que o território (...) ser apropriado de formas diferentes e nós temos de estar preparados para perceber a dimensão dessa metamorfose (...) (2015, pt. 18:20) o que se conclui que a ação das AM, constituem inevitavelmente fonte de transformações no território e na região, em particular para os seus associados, nas respostas que estas entregam aos seus associados em termos de saúde, qualidade de vida e bem-estar, respondendo, aos ODS números 3 e 11.

REFERÊNCIAS

TED, Ted. (2015, fevereiro 02). Ruralidade urbana | Álvaro Domingues [Video]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=H3cstdQLoD0>

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2023a). "Espaço." <https://dicionario.priberam.org/espaco>

Instituto Nacional de Estatística. (2023). Divisão administrativa. <https://www.ine.pt/xportal/ine/portal/portlets/html/conteudos/listaContentPage.jsp?BOUI=6251013&xlang=PT>

O QUE SIGNIFICA “RADICAL”, HOJE?

REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE RADICAL NO ENSINO DA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEO

AUTORES

Inês Nascimento

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA’CET, Lisboa, Portugal

nenarq.nascimento@gmail.com

“O conceito de “radical” volta hoje a ser afirmado como pertinente, inscrevendo-se no debate sobre a capacidade que a Arquitetura tem para dar resposta às rápidas alterações à escala mundial, ganhando dimensão tanto a nível do ensino como da investigação (Baía, 2021). Mas o que significa “radical”, hoje?

Em Paris do ano de 1968, exigia-se se “o impossível” através da “imaginação ao poder”. Movimentos sociais em toda a Europa munem-se da utopia para responder à crise económica, política e social, dando origem à emergência de movimentos estudantis que desencadearam uma revolta social à escala mundial. Maio de 1968 (2 de Maio a 23 de Julho) ressuscitou a utopia, trazendo consigo uma revolução estudantil que permitiu uma nova visão da sociedade e do mundo. Estes estudantes – que ambicionavam revolucionar a sociedade – triunfaram e ao redefinir os limites do possível, transformaram o mundo.

A atmosfera revolucionária vivida nas décadas de 1960 e 1970 promoveu a união da Arquitetura com a política, fazendo nascer consigo movimentos sociais de contracultura e grupos artísticos radicais vanguardistas que procuravam alternativas e expunham narrativas de natureza utópica, vindo a transformar o ambiente urbano e responder ao novo desejo social. Esta influência transformadora e vanguardista na Arquitetura chegava às faculdades através de experiências pedagógicas experimentais, assumindo “um papel crucial na formação do discurso e da prática da Arquitetura durante a segunda metade do século 20” (Colomina, 2014). Estas iniciativas pedagógicas progressistas, entendidas como práticas da Arquitetura Radical – sendo “radicais” no sentido mais puro de “raiz” – questionam as bases e fundamentos da Arquitetura, bem como a matriz do ensino, assumindo-se como ações subversivas e promotoras de novas visões alternativas (Colomina, 2014).

Em Florença, na década de 1960, estudantes de Arquitetura como Cristiano Toraldo di Francia e Adolfo Natalini – amparados por estas experiências pedagógicas radicais –, questionavam a relação da Arquitetura com a sociedade através de colagens e fotomontagens utópicas/distópicas, presenteando-nos com algumas das imagens mais icónicas de todos os tempos que espelham o verdadeiro significado de “radical”. Através das suas propostas visionárias, que rapidamente se disseminaram, os Superstudio provocavam uma onda de espírito crítico e revolucionário em toda a Europa, assumindo um papel fundamental no movimento radical da Arquitetura e do Design. Hoje, como admiradores secretos ou mesmo como antagonistas, continuamos a ser invadidos e absorvidos por estas imagens, crendo até que as mesmas possam estar cada vez mais perto de se tornarem reais.

Vejamos, por exemplo, o projeto The Line (2021), e comparemos com o projeto Continuous Monument (1969) de Superstudio. Estaremos a assistir hoje a um falso renascer de um conceito antigo? Poderemos dizer que determinados projetos que hoje se assumem como “radicais”, futuristas e vanguardistas, não são mais do que plágios de imagens provocatórias com mais de meio século? Ao não questionar o verdadeiro significado contemporâneo de “radical”, não estaremos a correr o risco de proporcionar a realização e construção de distopias outrora imaginadas? Estas e outras questões revelam a necessidade de uma reflexão

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA’CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Radical
Ensino da Arquitetura
Pedagogias Radicais

crítica e exploratória sobre o significado de “radical” na contemporaneidade, nomeadamente na Arquitetura e no ensino.

O presente artigo surge na sequência de um trabalho de investigação de Doutoramento em curso, intitulado “Ensinar Arquitetura Hoje: Imaginação Utópica e Pedagogias Radicais na (Trans)Formação do Arquiteto em Portugal.”. Metodologicamente, este trabalho pretende trazer à discussão a importância do retorno destas experiências pedagógicas radicais no ensino da Arquitetura contemporânea, através da compreensão do potencial do conceito de “radical” como agente impulsionador e transformador da realidade/sociedade.

A apresentação incluirá, em primeiro lugar, a exposição da pesquisa etimológica sobre o conceito de “radical”, seguido de uma leitura da sua evolução/influência na sociedade. Posteriormente, será realizada uma análise crítica da revisão de literatura existente sobre o tema, a fim de ampliar o conhecimento sobre a sua relação/implicação no âmbito da Arquitetura e do ensino. Por último, será proposta uma reflexão sobre o significado deste conceito na contemporaneidade e a importância da sua (re)implementação no contexto da formação do arquiteto.

Espera-se que a resposta à questão/provocação basilar deste artigo possa impulsionar a consciencialização de que é urgente a construção de um novo paradigma no ensino da Arquitetura, capaz de promover respostas adequadas aos desafios que vivemos hoje, bem como demonstrar que existe ainda um longo caminho a percorrer quando falamos em radicalizar a Academia e “uma abordagem radical não está nos materiais nem no conteúdo do trabalho produzido, mas desafiando a prática docente” (Abdulla, 2019). Em suma, sugere-se que esta associação de conceitos e contextos possa levar à inovação e transição para sociedades sustentáveis, procurando contribuir para o desenvolvimento de uma abordagem holística mais crítica e reflexiva no ensino da Arquitetura, através de uma prática pedagógica mais consciente, responsável e inovadora.”

REFERÊNCIAS

- Baía, P. (2021). *Pensamento Radical Radical na Arquitectura 2021* (P. Baía (ed.); 1st ed.). Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho. Laboratório de Paisagens, Património e Território - Lab2PT.
- Colomina, B. (2014). *Towards a Radical Pedagogy - Lecture*. Strelka Institute for Media, Architecture and Design.
- Abdulla, D. (2019). *Radicalise Me. Modes of Criticism 4. Radical Pedagogy*, 5–11.

RESUMOS

**PAINEL
CULTURA, TURISMO
E ESPAÇO URBANO**

LEGISLAR A ORGÂNICA DAS ENTIDADES SOB A TUTELA CENTRAL DA CULTURA

EVOLUÇÃO DO PANORAMA LEGISLATIVO NO PERÍODO DEMOCRÁTICO EM PORTUGAL

AUTORES

Tiago Mendes

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

tiagomtmendes@gmail.com

Pedro Costa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

pedro.costa@iscte-iul.pt

Desde a sua progressiva autonomização como sector político próprio na Administração Central do Estado, a orgânica da tutela central da Cultura e dos organismos públicos desta dependentes em algum grau tem vindo a ser objecto de múltiplas reconfigurações e reformas. Estes organismos – que tomam múltiplas formas jurídicas – constituem agentes relevantes das políticas públicas de cultura; e a sua orgânica legal influencia o papel que desempenham, no confronto entre a visão dos responsáveis políticos que legislam/tutelam (políticas públicas) e a dos responsáveis administrativos que zelam pela implementação da sua missão institucional (gestão cultural).

O objecto de pesquisa deste working paper visa os organismos dirigidos, tutelados ou superintendidos pela tutela central do sector da Cultura em Portugal, no período democrático, a partir dos diplomas legais relativos à sua instituição e alteração orgânica, definição dos seus estatutos, atribuições e competências. O levantamento da legislação relevante que impacta a orgânica destas entidades resulta numa base de dados, sistematizada graficamente, permitindo uma leitura intuitiva e sistémica do panorama legislativo. A partir desta recolha, identificam-se os fenómenos observados e as tendências da evolução orgânica, apurando possíveis variáveis explicativas que impactam as reformas.

Parte-se do trabalho de Ramos (2009) sobre a evolução do direito administrativo e das reconfigurações orgânicas do Ministério da Cultura e dos organismos deste dependentes, até às alterações ocorridas em 2006 no contexto do PRACE. Afigurava-se necessária uma actualização dessa análise, incorporando fenómenos entretanto ocorridos e abordados noutros trabalhos (Ribeiro 2014; Vargas 2022) mas que até agora careciam de uma perspectiva integradora, permitindo uma comparação longitudinal entre organismos dos vários subsectores tutelados, potenciada ainda pela inovadora apresentação gráfica da base de dados. A partir das fontes identificadas, a compilação de diplomas legais deste estudo recorre a uma metodologia de pesquisa exploratória a partir da navegação no Diário da República Electrónico; a partir da consulta do conteúdo dos diplomas legais previamente identificados, bem como de ferramentas do próprio website que detectam alterações aos mesmos, compilou-se uma base de dados dos diplomas legais em causa, posteriormente convertida sob forma gráfica.

A análise preliminar desta compilação regista a existência de períodos de tendencial desconcentração e concentração orgânica. Estas tendências são verificáveis a partir da aglomeração de múltiplos fenómenos, entre os quais se incluem: flutuações do estatuto jurídico das organizações; fusões ou cisões dos organismos, mediante fenómenos de centralização ou especialização da gestão; e transferências (progressivas ou pontuais) de competências entre organismos, resultando na consolidação de algumas organizações e no esvaziamento de outras.

Algumas das reformas são explicadas pelo contexto mais vasto da evolução orgânica da administração pública portuguesa, sob a influência das tendências europeias e de fenómenos internacionais como o new public management:

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Regulatory and Governance Challenges for Complex Societies

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas de Cultura
Tutela Governamental da Cultura
Organizações Culturais
Legislação Orgânica
Reformas da Administração Pública

a reforma da administração financeira do Estado (1992), o PRACE (2006) ou o PREMAC (2011). Mas algumas das alterações, nomeadamente as ocorridas fora destes contextos específicos, carecem de explicações alternativas ou complementares. Nesta problematização exploratória, consideramos as seguintes hipóteses de trabalho: interligação com a ideologia e as opções de política cultural assumida por um dado governo/tutela; especificidades do sector cultural que ditem configurações particulares de autonomia formal (programação e compromissos plurianuais, autonomia artística); necessidades específicas de cada organização, exigindo a adequação dos modelos de gestão com vista ao cumprimento da sua missão, ou mesmo a alteração desta última; opções de gestão e o diagnóstico elaborados pelos responsáveis administrativos e outros agentes relevantes, como contributos bottom-up na consolidação das organizações. Noutros casos, as alterações orgânicas representam meramente “oscilações circunstanciais assentes em razões de índole político-partidária ou até de protagonismo pessoal” (Ramos 2009, 371).

A análise dos processos políticos que guiam estas reconfigurações orgânicas contribui para uma melhor compreensão do papel que os organismos públicos da tutela central da cultura desempenham na governança cultural e nas políticas públicas de cultura em Portugal. A autonomia formal das organizações impacta a consolidação institucional das organizações e as condições de implementação da sua missão; pelo que importa aferir e problematizar os riscos e oportunidades de eventuais futuras reformas. A síntese e problematização deste panorama legislativo constitui ainda uma etapa preliminar da investigação da tese de doutoramento que o primeiro autor desta comunicação se encontra a desenvolver, incidente sobre as relações entre a tutela governamental da Cultura e os organismos por esta tutelados. Os diplomas legais que (re) configuram a orgânica e missão destas entidades constituem uma das variáveis que impactam a autonomia, as competências e a intervenção dos órgãos da administração pública na implementação das políticas públicas de cultura (bem como, idealmente, noutras etapas do processo político).

REFERÊNCIAS

Ramos, José Luís Bonifácio. 2009. “Direito administrativo da cultura”. In Otero, Paulo e Pedro Gonçalves (coord.), *Tratado de direito administrativo especial*. Volume II. Coimbra: Almedina, 255-374.

Ribeiro, Carla Maria Marques. 2014. “A tutela jurídico-administrativa do património cultural: em especial, os museus”. Tese de doutoramento em Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Vargas, Carlos Manuel dos Santos. 2021. “Política e cultura. Uma década de artes do espectáculo em Portugal (2006-2016)”. Tese de doutoramento em Ciência Política, especialidade em Políticas Públicas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

NOVAS EXPRESSÕES DO TURISMO URBANO E A COMPETIÇÃO PELO USO DA CIDADE DE LISBOA: TURISTAS, NÓMADAS DIGITAIS E RESIDENTES

AUTORES

Maria Assunção Gato

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal
maria.gato@iscte-iul.pt

Ana Rita Cruz

Faculdade de Economia da
Universidade do Algarve
/ CinTurs – Centro de
Investigação em Turismo,
Sustentabilidade
e Bem-estar
arcruz@ualg.pt

No contexto das cidades, o turismo cultural continua a desempenhar um papel central, não obstante o foco do consumo cultural refletir a deslocação da alta cultura para a cultura quotidiana, de experiências tangíveis para intangíveis, ou para o paradigma de viver como um local (Richards, 2022). Nos últimos anos, estas novas expressões do turismo urbano massificado não só têm induzido um crescimento acentuado do turismo nas cidades (Nilsson, 2020), como têm inspirado a propagação de manifestações de insatisfação e protesto em torno de questões relacionadas com o turismo (Novy & Colomb, 2019). Os impactos causados pelo novo turismo urbano relacionam-se principalmente com os processos de turistificação, overtourism/excesso de turismo e deslocamento (displacement) de populações residentes nas áreas de maior pressão turística (Cocola-Gant & Gago, 2021; Milano, Cheer & Novelli, 2018; Bouchon & Rauscher, 2019; Shoal, 2018; Del Romero Renau, 2018). Entretanto, outros atores para além dos turistas vêm juntar-se a estes processos, como é o caso dos nómadas digitais, que procurando disfrutar da cidade de uma forma semelhante aos turistas, competem pelo sistema urbano como os residentes locais.

Os nómadas digitais podem ser vistos como a combinação de um novo perfil de viajantes e trabalhadores desta era digital. Apesar da variabilidade das motivações subjacentes aos estilos de vida deste perfil de trabalhadores-turistas, sabe-se que a escolha dos seus destinos está longe de ser arbitrária (Thompson, 2018). Vários blogues e websites que lhes são dedicados classificam os destinos com base no seu potencial, que geralmente se baseia em componentes de atracção turística combinados com custos de vida acessíveis. Lisboa tem vindo a destacar-se tanto nos rankings do turismo urbano como nos do nomadismo digital e, nesta fase pós-pandémica, as receitas do turismo obtidas em 2022 demonstraram já uma enorme recuperação, com níveis comparáveis aos de 2019, o melhor ano para o turismo em Portugal.

O reverso destes bons resultados económicos resulta no aumento exponencial de vários efeitos perversos associados ao modelo de turismo urbano extrativo observado em Lisboa nos últimos anos e que contribuiu muito para a sua transformação. Muitos desses efeitos já haviam sido devidamente identificados e estudados noutras cidades europeias. Ainda assim, Lisboa (tal como o Porto) reproduziram esses modelos de forma rápida e num tempo muito curto, até à abrupta interrupção provocada pela pandemia.

Neste intervalo temporal forçado surgiram vários avisos sobre a necessidade de repensar o modelo de turismo que vinha sendo praticado nas cidades. Um dos argumentos passava pela necessidade de salvaguardar o ecossistema urbano da delapidação que se vinha refletindo sobre muitos dos seus valores e, de forma transversal, em todas as dimensões- económica, cultural, social, ambiental, simbólica. Mas na pressa do sector do turismo recuperar os avultados rendimentos que perdeu devido à pandemia, voltou-se sem grandes surpresas ao business as usual.

Entretanto, o impacto dos nómadas digitais na transformação urbana de cidades como Lisboa e Porto está a tornar-se cada vez mais evidente em várias dimensões da vida quotidiana, uma vez que estes atores competem mais

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Regulatory and Governance
Challenges for Complex
Societies

PALAVRAS-CHAVE

turismo urbano
impactos do turismo
dinâmicas urbanas
nómadas digitais
ecossistema urbano

diretamente com a comunidade local por habitação, mobilidade, consumo, cultura, lazer e espaços de trabalho.

Tendo por base o exemplo da cidade de Lisboa, propõe-se uma visão panorâmica sobre as principais dinâmicas urbanas relacionadas com o turismo e o nomadismo digital enquanto tipologias concorrenciais no acesso à cidade, em articulação também com o impacto sobre os locais e as posições desiguais em relação às transformações observadas no ecossistema urbano.

REFERÊNCIAS

Bouchon, F. & Rauscher, M. (2019). Cities and tourism, a love and hate story; towards a conceptual framework for urban overtourism management, *International Journal of Tourism Cities*, Vol. 5 No. 4, 598-619. <https://doi.org/10.1108/IJTC-06-2019-0080>

Cocola-Gant, A., & Gago, A. (2021). Airbnb, buy-to-let investment and tourism-driven displacement: A case study in Lisbon. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 53(7), 1671-1688. <https://doi.org/10.1177/0308518X19869012>

Milano, C., Cheer, J. M. & Novelli, M. (2018). Overtourism: A growing global problem. *The Conversation*. <https://theconversation.com/overtourism-a-growing-global-problem-100029>

INDICADORES DO ESPAÇO URBANO: PARA UMA ANÁLISE E CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

AUTORES

Ana Cravinho

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal
argcd@iscte-iul.pt

Teresa Madeira da Silva

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal
teresa.madeira@iscte-iul.pt

O presente resumo trata da construção de uma matriz de indicadores do espaço urbano, com especial ênfase nos espaços de fruição pública, para a caracterização, avaliação e interpretação deste tipo de espaços, no contexto das cidades. A construção da matriz de indicadores proposta, tem por base uma pesquisa bibliográfica no âmbito dos Estudos Urbanos. Neste contexto destacam-se alguns autores cujos contributos foram importantes em termos metodológicos: Cullen (2018), Lynch (1999) [1960], Brandão (2011) e Alves (2003) cujas propostas metodológicas incidem, sobretudo, nas componentes morfológica e funcional dos espaços. Cullen através da visão serial e dos aspetos sensoriais do espaço urbano, Lynch pela análise de cinco elementos constituintes da cidade: quarteirões, cruzamentos, vias, limites e pontos marcantes, Brandão por meio de diferentes critérios de avaliação como: identidade; permeabilidade; segurança/ conforto; acessibilidade; legibilidade; diversidade/adaptabilidade; resistência/durabilidade e sustentabilidade e Alves, através dos direitos de acesso, fruição, propriedade, de liberdade de ação e de alteração no espaço público. Do ponto de vista morfológico destaca-se igualmente De Angelis (2004), que sugere o levantamento quantitativo (equipamentos e vegetação) e entrevistas aos diferentes atores para a definição dos usos como metodologia de análise dos espaços públicos. Para além destes, Gehl (2011) [1971], que propõe uma avaliação com base em 12 critérios (proteção contra o tráfego; segurança; proteção contra experiências sensoriais desagradáveis; espaço para caminhar; espaços de permanência; lugares para sentar; lugares para observar; oportunidade de conversar; locais para se exercitar; escala humana; possibilidade de aproveitar o clima e boa experiência sensorial) e cuja pertinência se adequa à construção de uma matriz do espaço urbano. Reis & Lay (2006), que propõem uma abordagem perceptiva e cognitiva através de diferentes categorias definidoras da qualidade do espaço como a estética, o uso, e a estrutura onde a percepção dos utilizadores, através da forma e da frequência com que usam os espaços são determinantes. Jacobs (2014) [1961] e Tonkiss (2013), que salientam a capacidade que um espaço tem de gerar interações entre atores urbanos e a especificidade dessas interações. Jacobs, tendo por base a definição dos usos atribuídos aos passeios, parques urbanos e bairros, bem como a definição de geradores de diversidade: necessidade de usos principais combinados, prédios antigos, concentração de indivíduos e quarteirões pequenos; Tonkiss através das formas onde a cidade encontrou o seu imaginário sociológico, como base em autores de referência da área da sociologia.

A primeira abordagem acerca da matriz de indicadores do espaço urbano tem como base a matriz de Moro (2011) quanto às diferentes dimensões: morfológica, (1) funcional (2), ambiental (3) e social (4) e os contributos dos autores acima enunciados. Para a caracterização morfológica (1), selecionaram-se os seguintes indicadores: tipologia do espaço, localização no tecido urbano, forma e dimensões, perfil urbano, características do edificado limítrofe ao espaço, orientação e usos das ruas contíguas, entre outros. Ainda na abordagem morfológica selecionaram-se indicadores qualitativos: clareza de leitura, identidade, atratividade do local, densidade de usuários, acesso ao transporte urbano e programa urbano/espacial. Na abordagem funcional (2), os indicadores escolhidos foram: os usos do solo, as

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Regulatory and Governance
Challenges for Complex
Societies

PALAVRAS-CHAVE

espaço público
indicadores do espaço urbano
cidade
atores urbanos
apropriação do espaço

acessibilidades os espaços de circulação, a rede viária, etc. Para a caracterização dos espaços públicos através de uma abordagem ambiental (3), os indicadores qualitativos analisados correspondem à qualidade ambiental e à qualidade paisagística. Por último, para uma abordagem social (4), foram considerados indicadores qualitativos, em três períodos distintos do dia, manhã, tarde e noite e em vários dias da semana e fim-de-semana: tipo de atores urbanos e sua caracterização sócio-demográfica, tipo de usos e sua frequência nos espaços, forma de apropriação e percepção dos mesmos. Para dimensão social utiliza-se igualmente o método etnográfico, com recurso a observação participante, o desenho de mapas de fluxos e mapas comportamentais e entrevistas semi-diretivas a diversos “tipos” de atores urbanos.

A construção da matriz de indicadores do espaço urbano proposta, terá como objetivo final caracterizar e avaliar dois espaços públicos: a Praça de São Paulo e o Miradouro de Santa Catarina, ambos na freguesia da Misericórdia, em Lisboa. Conclui-se, através da investigação desenvolvida, que os indicadores do espaço urbano podem permitir avaliar qualitativamente e quantitativamente um determinado espaço, bem como qualificar os espaços através de diferentes variáveis. Neste sentido a matriz que se propõe, poderá permitir avaliar as intervenções feitas no espaço público, fornecendo informação relevante sobre o desempenho de um determinado espaço de modo a perceber a razão de este ser ou não, um espaço vivido e experienciado por diferentes atores urbanos.

NOTA: Este resumo enquadra-se na investigação em desenvolvimento da Tese de Doutoramento em Estudos Urbanos (Iscte-IUL e FCSH-UNOVA), da doutoranda Ana Cravinho com o título: Espaço Público - Dinâmicas de Conflito, com o apoio de uma Bolsa de Investigação no âmbito do Projeto de Investigação “UrbanoScenes” (PTDC/GES-URB/1053/2021) - Bolsa BI/14/2021, FCT/MCTES, DINÂMIA’CET-Iscte.

REFERÊNCIAS

Lista completa de referências

https://docs.google.com/document/d/149khSTatpYEBLPHQBzODD1PxaW1boMNM/edit?usp=share_link&oid=112861107769745985112&rtpof=true&sd=true

DEFINIR O VAZIO:**DEFINIÇÃO DE DIFERENTES CONCEITOS RELACIONADOS COM VAZIOS URBANOS OU URBAN VOIDS OU TERRENOS VAGOS COM BASE NA LITERATURA ACADÉMICA EXISTENTE****AUTORES****Lorenzo Stefano Iannizzotto**

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

lorenzo_stefano_iannizzotto@iscte-iul.pt

Alexandra Paio

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

alexandra.paio@iscte-iul.pt

As cidades estão a tornar-se o principal modelo de habitat a nível mundial, e estima-se que continuarão a crescer no futuro. É urgente e importante estudá-las, a fim de enfrentar adequadamente os importantes desafios globais futuros da sustentabilidade e da inclusão. As cidades contemporâneas estão a mudar a sua estrutura física e as suas relações imateriais e simbólicas, dando origem a novos espaços e novas formas de ocupação do território. Muitos autores tentaram uma definição para esta nova forma urbana, tais como *zwischenstadt* ou *intermediate city* (Sieverts, 2003), *città difusa* (Secchi, 2005), ou *generic city* (Koolhaas, 1995), *urbanização planetária* (Brenner & Schmid, 2011), *urbanização regional* (Soja, 2011).

As cidades contemporâneas geram dentro dos seus limites e nas suas fronteiras novos tipos de espaços. Entre estes existem os *urban voids* (Lopez-Pineiro, 2020) ou *Terrain Vague* (Solà-Morales, 1995), que parecem ser os protagonistas da maioria dos estudos e intervenções na cidade contemporânea.

Para resumir as suas características comuns, podemos dizer que estes espaços são espaços à espera, abandonados, marginais, subutilizados, espaços ambíguos, no limite da cidade e resultado do processo de urbanização regional. Além disso, são "frequentemente ocupados por atividades quotidianas e recuperados pela natureza" (Kamvasinou & Roberts, 2014) e também "podem acomodar uma série de atividades não facilmente permitidas ou toleradas em espaços públicos oficialmente designados" (Kamvasinou, 2011). Apesar de representarem uma parte residual, muitas vezes problemática e por vezes invisível da cidade contemporânea, os interstícios urbanos são simultaneamente espaços preciosos com grande potencial, e podem desempenhar um papel importante num desenvolvimento sustentável, resiliente e inclusivo das cidades no futuro. De facto, como referido por Solà Morales (1995, 75), o vazio pode ser pensado tanto de forma negativa como positivamente: "o vazio, portanto, como uma ausência, mas também como uma promessa, como um contraste, como um lugar de espera possível e esperançoso". Estes espaços permitem qualquer possibilidade e são portadores de esperança e liberdade (Solà Morales, 1995). Têm um grande valor ambiental, social e económico (Clément, 2022; Omar & Saeed, 2019); podem ser integrados com espaços públicos tradicionais, ou estar ligados entre si, criando uma rede de espaços intermediários de transição, cooperação, limiar (Brito-henriques et al., 2019; Stavrides, 2014).

Com o aumento do processo de urbanização em cada vez maior escala (regional, nacional, global), a gestão dos espaços verdes tornar-se-á cada vez mais importante. Por um lado, por razões de ambiente, ecologia e sustentabilidade, as cidades do futuro terão de melhorar a gestão dos recursos naturais e a produção e fluxos de alimentos (Marat-Mendes et al., 2021), criando sistemas de espaços verdes. Por outro lado, a igualdade de acesso aos espaços verdes deve ser garantida, para melhorar a qualidade de vida e para uma cidade inclusiva (Perrone, 2019), por exemplo através de processos de cocriação (Cardoso & Paio, 2021). Muitos autores, desde os anos 60, começaram a criticar o modelo de desenvolvimento urbano pela sua visão de cima para baixo (De Carlo, 1980). As questões da igualdade e justiça social estão no centro do debate de hoje,

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Urban Voids
Terrain Vague
Vazios Urbanos

para uma cidade democrática e inclusiva, e muitos autores introduziram e justificaram conceitos como o direito à cidade e à justiça espacial.

Devido à natureza incerta, transitória e em constante mudança destes espaços, estes espaços foram definidos de muitas maneiras diferentes: *terrain vague* (Solà-Morales, 1995), *urban voids* (Lopez-Pineiro, 2020), *territori attuali* (Careri, 2006), *spazi interclusi* (Zetti & Rossi, 2018), *nuove terre* (Marini, 2010), *In-between places* (Spirito, 2015), *terceira paisagem* (Clément, 2022), *interstícios urbanos* (Brighenti, 2013), *terra incógnita* (Bowman & Pagano, 2004), *marginalia* (Gandy, 2013), *drosscapes* (Berger, 2006), *leftover spaces*, *vacante spaces or lots*, *brownfield*, *terrenos baldíos na tradição e língua portuguesa e espanhola* (Cos, 2021).

Com este artigo, pretendemos explorar as diferentes definições de *terrain vague* ou *urban voids*, com o objetivo de melhor compreender as suas diferenças e semelhanças, de modo a tentar chegar a uma formulação mais clara das definições dos conceitos de investigação.

REFERÊNCIAS

Lopez-Pineiro, S. (2020). *A Glossary of Urban Voids*. Jovis.

Kamvasinou, K., & Roberts, M. (2014). *Interim spaces: vacant land, creativity and innovation in the context of uncertainty*. In M. Mariani & P. Barron (Eds.), *Terrain Vague: Interstices at the Edge of the Pale* (pp. 187–200). Routledge.

Solà-Morales, I. (1995). *Terrain Vague*. In C. Davidson (Ed.), *Anyplace, Anyone* (pp. 118–123). MIT Press.

RESUMOS

**PAINEL
INOVAÇÃO E
DESCARBONIZAÇÃO**

HOW INNOVATIONS LEAD TO STRUCTURAL CHANGE.

ELEMENTS FOR A THEORY OF SYSTEM TRANSFORMATION

AUTORES

Nuno Bento

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

nuno.bento@iscte-iul.pt

Margarida Fontes

LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

margarida.fontes@lneg.pt

Evaldo Costa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

Jose.Costa@iscte-iul.pt

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

System transformation
sustainability transitions
multi-sectoral interactions

Decarbonization must accelerate to avoid temperature increases higher than 1.5°C or 2°C with unpredictable effects on the climate (IPCC, 2022). Inverting the current trends of growing greenhouse gases emissions will require both technological and behavioral change (IPCC, 2022). This transformative change will have deep social and economic effects (Altenburg & Rodrik, 2017). There is an increasing need to study the “whole system” reconfiguration (Markard et al., 2020; Geels, 2018; Geels & Turnheim, 2022), i.e., the analysis of far-reaching, multi-sectoral impacts, rather than single sector effects. However, the analyses in the literature have been focusing more on the emergence of specific innovations in single sectors (e.g., solar PV in electricity generation) (McMeekin et al., 2019; Markard et al., 2020).

The extension of the challenges requires a system transformation. We define system transformation as sustainable transitions that have the capacity to transform the system, i.e., wide social and economic effects that involve multiple sectors (energy, transport, industry, etc.). Such transformations can be spurred by radical innovations like the train, electricity and computers did in the past. These innovations entailed a deep reorientation of the sectors with impacts on the social relations that took place gradually, over a relatively long period of time (Dolata, 2018). The research question can then be reframed as follows: How can radical innovations lead to substantial shifts in system structures?

The literature has emphasized the role of multidimensionality in transformative change. Breakthrough technological or organizational innovation, entrepreneurship, and competition are already in the center of the Schumpeterian view of major economic changes (Schumpeter, 1943). More recent theories of innovation and technological change have emphasized learning, knowledge and technological spillovers that arise from multiple interactions, highlighting the interplay of “demand pull” and “supply push” forces for transformative change (Kline and Rosenberg, 1986; Brooks, 1995). Finally, systemic approaches have underlined the role that the interaction of actors and networks under a certain technological, institutional and geographical context, have in the development and diffusion of disruptive innovations that transform the economy (Nelson & Winter, 1982; Freeman & Perez, 1988; Carlsson & Stankiewicz, 1991; Lundvall, 1992; Nelson, 1993; Geels, 2004; Hekkert et al, 2007; Bergek et al., 2019). Along this evolution, four dimensions recurrently appear in the explanation of more transformative change: technology; business models; social acceptance; institutions.

The literature has given less attention to the processes of transformation. These are actions required to accelerate transformative change, in particular the structural changes in use, in production and coordination. The debate about the challenges for moving from single to multi-sectoral change (Markard et al., 2020) highlighted some key aspects which support an understanding of how the dimensions of transformative change give rise to system transformation. These aspects are: complementary interactions; system architecture change; and change in consumer preferences.

Complementary interactions refer to spillovers and linkages between multiple systems. They are needed to accelerate the dynamics of change and their absence can hamper more transformational change (Markard & Hoffmann, 2016). System architecture change points to the pervasive alteration on the existing configuration of the constituent elements (McMeeking et al., 2019). System transformation can fail to materialize if resistance against change in consumer and production practices prevents the system architecture to alter. Finally, change in users' preferences plays an important role in the theory of consumer choice in economics (Samuelson & Nordhaus, 2010). Preferences can evolve through changes in technology, alterations in the individuals' core preferences and social influence (Fershtman & Segal, 2018). Preference is an important factor for the adoption of innovations (Rogers, 2003), as well as for the organization of production and decline of existing systems (Turnheim & Geels, 2013).

We use narrative techniques to review the relevant literature on system transformation. We develop the concept of system transformation with the help of theories from economics, innovation and technological change, and sociotechnical transitions, highlighting the main dimensions and processes of transformative change. In particular, we identify and characterize the conditions that drive the transformation and the transformative processes, i.e., a series of changes in demand and supply that are transversal to several sectors.

Our communication evolves as following. We start by showing important trends of structural change with interest for decarbonization. Then we present the analytical framework of system transformation by combining the dimensions of change and the processes of transformation. We continue by applying the framework to the analysis of emerging megatrends (digital convergence and the sharing economy) that underpin ongoing transformations with relevance for decarbonization. Finally, we conclude by reviewing the key insights from the empirical analysis, as well as discussing the advantages and limitations of using this framework to analyze the needed transformations for decarbonization.

REFERÊNCIAS

Schumpeter, J.A. (1943). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Allen & Unwin, London.

Dolata, U. (2018). *Technological Innovations and the Transformation of Economic Sectors*. SOI Discussion Paper 2018-01, University of Stuttgart, Germany.

Geels F.W., Turnheim B. (2022). *The Great Reconfiguration*. Cambridge University Press.

TRANSFORMATIVE BUSINESS MODELS FOR DECARBONIZATION

THE CASE OF WEB SUMMIT AWARD-WINNING START-UPS

AUTORES

Evaldo Costa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

Jose.Costa@iscte-iul.pt

Nuno Bento

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

nuno.bento@iscte-iul.pt

Margarida Fontes

LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

margarida.fontes@lneg.pt

The social demand for decarbonization has placed increasing pressure on businesses to contribute actively to mitigate the risks of a climate disruption resulting from carbon emissions. The development of new business models capable of transforming conventional systems of production and consumption and replacing them with more sustainable alternatives is one critical step towards this goal. This study combines several streams of literature including sustainability transitions and business model theories to investigate the key-elements of the business models that have the potential to transform the provision of goods and services in a way that enables the transition to a low-carbon society. We investigate the start-ups and relate to the extent to which they avoid, shift or improve the production or consumption of goods and services in a way that significantly reduces carbon emissions. For that, we analyze the start-ups that received innovation awards on the Web of Summit between 2014-2020. We found start-ups that are transforming their business models. The results reveal a growing tendency of the transformative projects to adopt integrated business models (e.g., business-to-business-to-commerce (B2B2C), instead of the traditional business-to-business (B2B) and business-to-consumer (B2C) models. They also highlight the role of technologies such as artificial intelligence (AI) and machine learning (ML) in a growing tendency of these start-ups in transformative business models. Together or separately, these drivers contribute to accelerate the commercialization of innovative solutions as well as to shorten the distance between production and consumption. This research emphasizes the importance of transformative business models as a mean to mitigate carbon emissions and achieve the transition to a low-carbon society. It contributes to fill a gap in the business model's literature concerning the elements that drive such transformation. These factors also improve the understanding of the way that firms contribute to implement sustainability transitions. The research is also relevant for policies that aim to promote the decarbonization of the economy, by highlighting the leverages that can be used to promote the transformation of business.

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Decarbonization
Business models
Sustainability transitions
Transformation
Technology

REFERÊNCIAS

Aspara, J., Lamberg, J. A., Laukia, A., & Tikkanen, H. (2013). Corporate business model transformation and inter-organizational cognition: The case of Nokia. *Long range planning*, 46(6), 459-474.

Costa, E., Horta, A., Correia, A., Seixas, J., Costa, G., & Sperling, D. (2021). Diffusion of electric vehicles in Brazil from the stakeholders' perspective. *International Journal of Sustainable Transportation*, 15(11), 865-878.

Sousa, C., & Costa, E. (2022). Types of Policies for the Joint Diffusion of Electric Vehicles with Renewable Energies and Their Use Worldwide. *Energies*, 15(20), 7585.

ANALYZING PUBLIC POLICIES FOR DECARBONIZING TRANSPORT: THE JOINT DIFFUSION OF ELECTRIC VEHICLES AND RENEWABLE ENERGIES

AUTORES

Cristina Sousa

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

cristina.sousa@iscte-iul.pt

Evaldo Costa

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

Jose.Costa@iscte-iul.pt

Carbon dioxide (CO₂) and other greenhouse gases (GHG) emissions present one of the world's most pressing challenges to keep global warming well below 2°C and avoid dangerous climate change effects. The energy and transport sectors are responsible for nearly $\frac{3}{4}$ of CO₂ emissions worldwide, and only 3.4% of transport is powered by renewable energy (IEA 2021).

Despite the significant growth in the EV market share, there is still a long way to go to achieve the transport mitigation target. Climate policies anticipate that EVs will account for around 30% of vehicles sold globally by 2030 (IEA 2022). However, this target falls short of the 60% share needed by 2030 to achieve zero net CO₂ emissions.

Planning and formulating policies to decarbonize transports have become crucial, namely by promoting the diffusion of electric vehicles (EVs) (Andersen et al 2009). Countries around the world have been using several instruments to promote the adoption of EVs (Coffman et al., 2017; Dijk et al 2020). However, the environmental benefits of EVs can only be realized if the electricity used to charge them is being generated from renewable energy sources (RES) (Nienhueser & Qiu 2016).

This study aims to identify the policies that have most significantly contributed to the simultaneous development of EVs and RES. To achieve this goal, it has conducted a comprehensive literature review and analyzed the actual policies and penetration of RES in power systems and the diffusion of EVs at the country level.

The literature refers a wide variety of policies to foster the adoption of EVs. The study resorted to the principles of treatment of public policies adopted by Åhman (2006) and the international energy agency (IEA 2022). Thus policies were classified into 3 categories: i) aimed at the dissemination of products (DOP) through support to production and consumption (Coffman et al 2017); ii) aimed at the development of technologies (TDE) (Neves et al., 2019); and iii) aimed at the expansion of the infrastructure (INI) (Neves et al 2019).

The analysis of the policies adopted, in 2020, reveals that most countries are not yet combining the several policy types, and that many are still only resorting to DOP instruments. However, it is also possible to identify some countries that are already adopting a policy mix that combines DOP, TDE and INI instruments – China, the USA and a set of European countries (France, Germany, Italy, the Netherlands, Norway, Portugal, Spain and Sweden).

The results suggest that there is no direct relation between the existence of policies and the actual diffusion of EVs, even in countries that adopt a policy mix. Thus, a broad coverage of policies is not a sufficient condition for accomplishing a high diffusion of EVs.

On the other hand, the results also indicate that there is no direct relationship between the penetration of RES in the power grid and the diffusion of EVs. In other words, countries that have a high share of RES in the power generation do

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to
Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Electric Vehicles
Renewable Energy Sources
Public Policies

not always have a significant share of EVs, as the cases of Portugal, Spain and Sweden show. It is possible to assert that these countries are not fully exploiting the de-carbonization potential of RES, due to the low use of EVs.

The results enable to formulate some recommendations for policymakers. More policy support is needed to scale up EVs infrastructure and encourage targeted policies to promote smart charging systems that plug EVs straight into RES. Moreover, policies must broaden their scope to cover the electrification of other transport segments, such as heavy trucks, ships, and aircraft, to achieve established climate targets. Additionally, the production chain must be stimulated to ensure the availability of essential minerals, including lithium, nickel, and cobalt, at competitive prices and through more sustainable battery manufacturing processes. Policies must also restrict the use of vehicles powered by internal combustion engines. Moreover, policymakers must be vigilant and support research and development to ensure the diffusion of EVs and RES takes place regardless of unforeseeable external factors that may be favorable or contrary (e.g., the conflict in Ukraine).

REFERÊNCIAS

Lista Completa de Referências

https://docs.google.com/document/d/1y5CmTijh5CfvGMrut8_X0pIHxPIvt3tq/edit?usp=share_link&ouid=112861107769745985112&rtpof=true&sd=true

CLIMATE POLICIES IN DECARBONIZATION STRATEGIES.

A COMPUTATIONAL APPROACH

AUTORES

Margarida Fontes

LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Lisboa, Portugal

margarida.fontes@lneg.pt

Tiago Alves

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

tiago_louro@iscte-iul.pt

Nuno Bento

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

nuno.bento@iscte-iul.pt

The transition to a low-carbon society should accelerate to avoid an increase in the temperatures above 1.5° to 2°C, and this is unlikely to occur without policy intervention (IPCC, 2022). Given the complexity of the problem to be addressed, recent debates have increasingly pointed to the need of adopting a broader view on policy intervention (Weber and Rohracher, 2012; Hekkert et al., 2020). This entails a move beyond a single focus on economic competitiveness and growth, towards a focus on societal problems or “grand challenges”, leading to the emergence of the concept of transformative innovation policy (Schot and Steinmueller 2018; Dierks et al, 2019). This new rationale implies the consideration of a much broader range of policy objectives, targets and instruments, as well as the notion that a mix of policies needs to be deployed to achieve the desired goals (Rogge and Reichardt 2016). While this policy rationale has started to enter innovation policy agendas, it remains to be seen to what extent it is reflected in the actual policies being implemented (Casula, 2022; Peñasco et al., 2021). On the other hand, it is also unclear whether the directions set by those policies align with the visions and strategies for decarbonization and whether there are still uncovered areas.

Different strategies are possible to accelerate the transition to a low-carbon society. In this research, we utilize a computational approach to analyze the alignment of existing climate policies with strategies for decarbonization. We begin by deploying a previously constructed typology of decarbonization pathways based on a computational review of 1 million articles (Alves et al., 2022). This exercise involved processing article content, identifying topics as transition strategies, and constructing a conceptual framework. We then use a bottom-up, data-driven approach to compare the linguistic representations of decarbonization research with the descriptions of over 3,000 climate policies, manually collected from publicly available international databases. Our methodology leverages sentence representations (Reimers et al., 2019) to capture the context-dependent notions in text. By locating the policy within the research articles underlying the typology, we find that some interventions are embedded in the decarbonization strategies, while others are transversal to several strategies.

The research will enable to find adequate intervention points to trigger the desired pathways. The effectiveness of policies to address deep decarbonization and sustainable development goals (SDGs) will benefit from their alignment and consistency with the objectives and visions collectively adopted (Sachs et al., 2019). Though, the capacity of the policies to catalyze transformations will depend on the actual conditions, and namely on the extent to which there are tipping points and critical thresholds that can amplify the effects of the initial intervention (Farmer et al., 2019). For example, the dissemination of more efficient technologies such as appliances or electric vehicles, or the switch to shared means of transportation may accelerate only once a certain level of adoption is reached. The results will improve the knowledge about the capacity of the

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Transformation
Policy
Decarbonization strategies
Artificial intelligence

policies to unleash different strategies of decarbonization beyond supporting particular technologies or behaviors. The results will also show possible policy mixes, as well as areas of decarbonization that are not sufficiently covered by existing policies and that require more attention in the future.

REFERÊNCIAS

Lista completa de Referências

https://docs.google.com/document/d/1yt_RRvP0Nok6HTEj1tMr6o1bDEikdSEu/edit?usp=share_link&oid=112861107769745985112&rtpof=true&sd=true

RESUMOS

**PAINEL
TRANSFORMAÇÃO
E SUSTENTABILIDADE**

RAW MATERIALS IN A TRANSITION PATH:

THE CASE OF RARE EARTHS ELEMENTS IN EU

AUTORES

Guilherme Azambuja

PlanAPP - Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública

guilhermeazambuja1996@gmail.com

Maria de Fátima Ferreira

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

fatima.ferreiro@iscte-iul.pt

“The EU will not master the shift towards sustainable production and environmental-friendly products without such high-tech metals.”(European Commission, COM/2008/699: 3).

“Ensuring the supply of sustainable raw materials, in particular of critical raw materials (...) is therefore one of the pre-requisites to make this transition happen.”(COM/2019/640).

Those quotes of the European Commission, from different dates, points to the problem at the heart of the research to be presented– the availability of a group of materials which are necessary for the future of the Union but whose supply is uncertain and largely escapes the control of EU institutions within a transition paradigm. In fact, the EU will become increasingly reliant on Critical Raw Materials, and rare earths are not an exception.

The EU has recently upped its efforts to ensure a stable access to raw materials and mostly finite ones, many of which are not explored domestically. The Raw Materials Initiative launched in 2008 opened the door to a European industrial policy agenda focused on sustainable access and management of raw materials. The EU has, since then, introduced its triennial list of Critical Raw Materials (CRM) and diversified its policy initiatives in this field.

Among the most critical materials are rare earths elements (REE), which are indispensable to the EU energy transition and a carbon neutral society. The EU challenge of ensuring both a stable access and a circular management of rare earths is an enduring conundrum. REE are a set of 17 metallic elements which have gained traction in industrial uses and its characteristics are increasingly recognized in different sectors. Their economic importance has become unquestionable, as their uses multiply in applications such domestic appliances, technological gadgets, electric and hybrid vehicles, wind turbines, solar panels, fighter jets or ballistic missiles. In 2011, the EU published its first List of Critical Raw Materials (CRM), in which it assessed the dynamics of demand and supply for different raw materials, defining the most crucial ones to the EU economy (COM/2011/25). Despite the policy efforts to push for more circularity and recycling of the rare earths, the situation has not improved much since 2011 – reliance on Chinese supply is about 100% and recycling has no expression for most rare earths. With the roadmap set out in the European Green Deal and the ambitions to become a Circular Economy, a fundamental piece does not fit the puzzle – How will Europe guarantee a stable and environmentally sustainable supply of Rare Earths? Moreover, what is the role of closing the loop on these materials given the EU import reliance and what difficulties persist in setting up recycling activities? The vision for a circular and environmentally sound Europe may risk being just a vision if EU policy is inadequate to simultaneously provide an answer to rare earths supply uncertainties while closing the loop for these materials.

The focus of the presentation is to provide a policy contribution to tackling

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Rare Earths Elements (REE)
Circular Economy
Green Deal
Public EU Policies
Transitions

this conundrum. The rare earths situation in the EU is studied carefully by considering EU's strategic interest, the demand from EU sectors and the state of global supply. Public policies targeted at CRM are critically assessed and its limitations are discussed. An alternative policy path is presented in which the EU would commit to co-creating a recycling system aimed at recovering rare earths from waste of electric and electronic equipment. The policy approach proposed involve a geographically integrated collection-dismantling system for rare earths in EOL products and undertaking recycling activities in dedicated co-created pilot plants based on 3 pillars – waste streams, inputs, and outputs.

REFERÊNCIAS

European Commission (2011), Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions 2011/25 – Tackling the challenges in commodity markets and on raw materials.

Binnemans, K., Jones, P. T., Müller, T., & Yurramendi, L. (2018), Rare earths and the balance problem: how to deal with changing markets? *Journal of Sustainable Metallurgy*, 4(1), 126-146.

Blengini, G.A., Blagoeva, D., Dewulf, J., Torres de Matos, C., Nita, V., Vidal-Legaz, B., Latunussa, C.E.L., Kayam, Y., Talens Peirò, L., Baranzelli, C., Manfredi, S., Mancini, L., Nuss, P., Marmier, A., Alves-Dias, P., Pavel, C., Tzimas, E., Mathieux, F., Pennington, D. and Ciupagea, C. (2017), "Assessment of the Methodology for Establishing the EU List of Critical Raw Materials – Annexes", Publications Office of the European Union, Luxemburg, 978-92-79-70213-6, doi:10.2760/875135, JRC107008

ASSESSING IMPACTS OF ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY PUBLIC POLICIES IN THE LISBON METROPOLITAN AREA USING THE IMPACT-WEB-GIS PLATFORM

AUTORES

Eduardo Medeiros

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal
emedeiros.ul@gmail.com

Bernardo Valente

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIS, Lisboa, Portugal
valente.berna@gmail.com

Urban environmental sustainability is a growing concern within the United Nations and European Union's ongoing policy agendas to fight climate change. This paper contributes to this debate by presenting the main impacts of the Operational Programme for Sustainability and Use of Resources (POSEUR 2014–2020) in the Lisbon Metropolitan Area (NUTS II). The analysis was supported by the use of the Impact-WEB_GIS platform, specially developed for the purpose of this study, complemented by a territorial impact assessment methodology. In addition to the production of general impact scores, five analytic dimensions were further analysed, supported by state of the art: i) low-emissions economy, ii) adaptation to climate change, iii) risk prevention and management, iv) environmental protection and v) resource efficiency. At a strategic level, the research created awareness of the need to adjust regional policy to the region's characteristics on environmental sustainability matters.

Regarding the Impact-WEB-GIS platform, being deployed at the moment, an expert review on usability analysis will take place soon, with 5 experts following the literature guidelines, to assess the usability and task satisfaction of this analytical Graphical Information System, in the context of the POSEUR (2014–20) policy case study, which will certainly lead to another iteration of development and an improved user experience of the system. Additionally, the system development will continue, by integrating new features such as the visualization of aggregated statistics in the mentioned territorial units, improvements of the ETL process via interoperability with APIs from third parties, and improved support to the TARGET_TIA methodology via development of an analytical engine. Under this roadmap, there are also plans to use this system for more policy intervention analysis, such as ex-ante analysis of the Interreg-A V programme (2021–2027) in Europe, the estimated territorial impacts of the Ukrainian War in Portugal (municipal level), and the assessment of the main impacts of the Lisbon Strategic Urban Development Plan (2014–2020) in all the Lisbon city parishes, amongst other uses cases.

In sum, the obtained general impact score (+1.3) represented a low to average positive impact of POSEUR on promoting environmental sustainability processes in the LMA. Crucially, the stakeholders that benefited from POSEUR funding demonstrated that its funding was insufficient to tackle the region's systemic environmental challenges and needs in the selected five analytical dimensions. Even so, high positive impact scores, under the TARGET_TIA methodology, were observed in the dimensions of adaptation to climate change (Change (reaching a Significant Positive Impacts figure) and environmental protection (with Moderate Positive Impacts). These results emphasise that there is no necessary mandatory causality between the expenditure and its effects on the terrain. In these dimensions, POSEUR accomplished its goals of creating sustainable urban management plans to be executed in future similar operational programmes, as well as a renovated waste collection system that increases the recycling numbers of the benefiting municipalities. These follow the guidelines of the UN Sustainable Agenda for 2030 and promote the awareness of stakeholders and citizens about the environmental risks associated with a lack of infrastructure and adequate planning.

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Sustainability
 Environmental Impacts
 Public Policies
 Impact-WEB_GIS
 POSEUR
 Lisbon Metropolitan Area

The low scores obtained in the remaining three of the five analytical dimensions exhibit this EU policy programme's fragilities (i.e. insufficient effectiveness and efficiency). For instance, the focus on small-scale projects prevented POSEUR from supporting solutions to tackle potential regional natural hazards more effectively, in addition to the problem of hiring external companies to execute the projects on the field via public selection. Due to the current set of global events, such as the Covid-19 outbreak, the war in Ukraine and rising inflation, some projects were not executed, which prevents the production of a sounder ex post impact analysis of POSEUR. This can be seen as one limitation of this research work, the other being the choice of stakeholders to be interviewed. The opinion of our interviewees was crucial to measure the scores using the TARGET_TIA model, although the possibility of interviewing other entities could have contributed to improving the overall analysis.

In a nutshell, POSEUR served as a positive public investment vehicle to mitigate national and regional environmental sustainability needs. The selected projects were adapted to the LMA's urban management model and to the national public policy priorities of decarbonising the economy, supporting intermodality and solving sanitation issues. Hence, the region became technologically more innovative. Nevertheless, as one of the most developed regions of Portugal, the LMA did not receive the investment that other more rural Portuguese NUTS II did. This turned out to be prejudicial to implementing measures that could produce a significant transition towards a more sustainable economy and use of resources in the region. There is a generalised expectation for the future Portuguese environmental sustainability operational programme (2021–2027) to achieve far better impact scores that were not successfully reached with the financial help of POSEUR 2014–20.

REFERÊNCIAS

Göswein, V., Reichmann, J., Habert, G., & Pittau, F. (2021). Land availability in Europe for a radical shift toward bio-based construction. *Sustainable Cities and Society*, 70, 102929.

Medeiros, E., Valente, B., Gonçalves, V. & Castro, P. (2022) How impactful are Public Policies on Environmental Sustainability? Debating the Portuguese case of POSEUR 2014–2020, *Sustainability*, 14(13), 7917; <https://doi.org/10.3390/su14137917>

Sachs, F. (2015) *The age of sustainable development*, Columbia University Press, New York

OPPORTUNITIES AND CHALLENGES FOR COMPANIES DIVERSIFYING INTO THE VALUE CHAIN.

THE CASE STUDY OF MARINE RENEWABLE ENERGY TECHNOLOGIES

AUTORES

Oscarina Conceição

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

oconceicao@ipca.pt

Cristina Sousa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

cristina.sousa@iscte-iul.pt

Margarida Fontes

LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Lisboa, Portugal

margarida.fontes@lneg.pt

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

New industrial value chain

Diversification strategies

Marine renewable energy technologies

Firms' perceptions

Marine renewable energy technologies (MRET) have the potential to become an important source of clean energy and, simultaneously, contribute to the revitalisation of other sectors (Fontes et al, 2021). The realization of such potential requires the construction of a new industrial value chain that combines the competences associated with the new technologies with complementary resources and competences present in the existing industry (Makitie et al, 2018).

The involvement of established firms, as suppliers or co-developers is thus critical, but can be problematic. Firms tend to resist engaging with immature technologies and their promoters, given the technical and market uncertainty and the lack of legitimacy, as well as their own lack of competences in the new field (Ansari and Kropp, 2012; Cohen and Levinthal, 1990). However, declining markets or limited opportunities for growth in the existing ones, may lead firms to search for opportunities of diversification, along with their existing business (Helfat and Eisenhardt, 2004). Firms may also try to keep an eye on new (competitive) technologies, through an early engagement (Dyerson and Pilkington 2005), which can support future entry strategies.

It is therefore important to understand how established firms can be mobilised to support MRET development, through diversification into the emerging field. Corporate diversification strategies are used to pursue growth opportunities in other markets (Wiersema and Beck, 2017). Firms can introduce their current product/service portfolio in new markets, or to follow an innovation strategy where they adapt their current product/service to the new market or even develop a new set of products/services for that market (Penrose 1995; Helfat and Eisenhardt, 2004). The choice between these different diversification strategies may be influenced by the relatedness between the company's current resources and competence and the ones demanded by the new markets (Lüthge, 2020). Moreover, these different diversification strategies may require different types of investments/business changes and raise specific challenges.

This paper focuses on companies from sectors potentially relevant for MRET that are willing to enter this new market and aims to understand how companies see: the opportunities to become engaged with the new market through different diversification strategies; the implications of such engagement for the firm's business; and the problems that may arise.

For this we conduct empirical research on the case of MRET in Portugal, based on a questionnaire survey. The analysis addresses 119 companies not yet involved with MRET but that affirmed to be willing to enter this market in the future, which are inquired about their perceptions on the requirements of that entry. In the case of these companies, engagement with MRET may prove to be an opportunity for innovation and business diversification (Bento et al, 2021), but for such potential to be achieved it is necessary to understand the business changes and the difficulties that this strategic move may entail.

The results provide important insights into how to motivate and support companies whose contribution is critical to the development of a new industrial value chain, being relevant to assist the formulation of policies targeting them.

REFERÊNCIAS

Lista completa de referências

https://docs.google.com/document/d/1bW-0bqkq3c6bFhLzYx6si2pus1fFUxF2/edit?usp=share_link&ouid=112861107769745985112&rtmpof=true&sd=true

RESUMOS

**PAINEL
TRABALHO
E TRANSIÇÃO DIGITAL**

O EMPREGO CIENTÍFICO E A POLÍTICA DE C&T EM PORTUGAL.

PRECARIEDADE E CONTRATUALIZAÇÃO

AUTORES

Ana Mafalda Vieira

Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Lisboa,
Lisboa, Portugal

mafalda.vieira@ics.ulisboa.pt

Isabel Salavisa

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

isabel.salavisa@iscte-iul.pt

A partir de 1995, com a criação do Ministério de Ciência, assiste-se a uma viragem histórica da política científica em Portugal, que começa a recuperar o enorme atraso científico em relação aos países desenvolvidos. Esse processo desenrola-se até ao final da primeira década do século (Heitor, 2015).

As linhas da nova filosofia da política científica são as seguintes: aumento do investimento em C&T; reforço e estabilização das unidades de investigação; forte expansão da formação de investigadores, através da atribuição de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento; avaliação das unidades conduzida por painéis internacionais; lançamento de concursos competitivos para celebração de contratos plurianuais a investigadores; internacionalização das atividades e equipas científicas; atribuição de incentivos fiscais às empresas para realização de atividades de I&D. Os resultados foram notáveis até à crise financeira e económica iniciada em 2009.

Os dados disponibilizados pelas diversas organizações, como a OCDE (2019), revelam que o número total de investigadores em ETI (Equivalente a Tempo Integral) aumentou exponencialmente em Portugal, a partir de 1995. Contudo, a grande expansão dos investigadores no sistema, sem a criação paralela de postos de trabalho permanentes nas entidades do sistema de C&T, conduziu à emergência de situações de precariedade entre os cientistas.

O conceito de precariedade está associado à ausência de segurança e à vulnerabilidade dos trabalhadores, detentores de vínculos laborais muito frágeis ou de curta duração. É um tipo de “emprego incerto, imprevisível (...) do ponto de vista do trabalhador” (Kalleberg, 2009). Nos últimos anos, por diversos fatores que se pretende enumerar, as situações de precariedade agudizaram-se, incluindo em Portugal. Este fenómeno global mereceu um especial acompanhamento por parte da OCDE (2021).

Para combater este fenómeno, têm vindo a ser definidas e implementadas medidas, das quais se destaca, em Portugal, a aprovação do Regime de Contratação de Doutorados aprovado pelo Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho. Este diploma, realçando a relevância do emprego científico na sociedade portuguesa, admite o recrutamento de doutorados, através de procedimento concursal, e a consequente celebração de contratos de trabalho.

Em consequência, verificou-se o crescimento dos recrutamentos, mas com ênfase para as contratações temporárias, o que pode ser considerado um movimento de dualização do emprego académico (Afonso, 2016). De um lado estão os detentores de posições permanentes e estáveis e, do outro, estão os contratados a termo com uma posição precária e instável.

O contrato de trabalho assegura uma certa estabilidade durante o respetivo período de duração, o que proporciona mais tempo para um investigador dedicar à sua investigação e às publicações de resultados, o que, por sua vez, vai gerar maior produtividade e competitividade. Há uma menor dispersão em busca de financiamento das atividades de investigação. Esse é o lado positivo. Contudo,

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to
Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Políticas de ciência e tecnologia
Precariedade
Emprego científico
Carreira de investigação científica

apesar do investimento em emprego científico, os contratos de trabalho celebrados são, maioritariamente, a termo, o que significa que não é assegurada uma integração na carreira de investigação científica. Os contratos a termo não proporcionam a estabilidade aos cientistas e a renovação e rejuvenescimento das carreiras. Esse é o lado negativo.

Diversos estudos, incluindo da OCDE (2019), apontam para uma ausência de articulação entre as políticas científicas desenvolvidas e as prioridades económicas de Portugal. Em termos de pistas para o futuro, surge como necessária uma revisão da Política de Ciência e Tecnologia, nomeadamente no que respeita ao financiamento de recursos humanos na área da investigação científica, no setor público e no setor privado.

Para que o crescimento do SCTN seja sustentável é recomendado que se incremente o investimento público e o investimento privado e que se promova a articulação entre ambos. Sobretudo quando os dados demonstram uma tendência de crescimento das atividades desenvolvidas por investigadores em meio empresarial desde 2014.

REFERÊNCIAS

Heitor, M. (2015), Ciência e Conhecimento na Modernização de Portugal, in M.L. Rodrigues e M. Heitor, 40 Anos de Políticas de Ciência e Ensino Superior, Coimbra, Almedina, 2015, 81-146.

Kalleberg, A. L. (2009). Precarious work, insecure workers: Employment relations in transition. *American sociological review*, 74(1), 1-22.

OECD (2021), Reducing the Precarity of Academic Research Careers, OECD Science, Technology and Industry Policy Papers, May 2021, No. 113, 68 p.

TRABALHO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E DIGITAL

AUTORES

Helena Lopes

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

helenalopes@iscte-iul.pt

A presente comunicação pretende examinar os efeitos que uma diminuição do uso de energias fósseis terá no trabalho e nos padrões de vida. Também apresentará os efeitos da transição digital no trabalho e no emprego. A intenção da comunicação consiste mais em fornecer informação sobre a amplitude das mudanças requeridas do que em comunicar o resultado de um trabalho “académico” no sentido convencional do termo. Participa, no entanto, do que considero ser os deveres de uma académica, no sentido etimológico, no momento histórico em que nos encontramos. A comunicação enquadra-se plenamente no tema desta edição do Workshop do D'C: “Rumos da investigação num mundo em transformação”. Pretende-se, de facto, alertar para a necessidade de colocar o ensino, a investigação, e as políticas públicas, ao serviço de objetivos, e de valores, essenciais.

A comunicação abordará os seguintes pontos:

- Definição da energia como relação entre o mundo físico e os fluxos económicos
- Relação entre o uso de energias fósseis (e de energias renováveis) e a produtividade do trabalho
- Relação entre o uso de energias fósseis e os padrões de vida nos países ocidentais
- Apresentação dos resultados do planeamento, feito noutros países, sobre o volume de emprego por setores e sobre as profissões que mais deverão crescer com a transição ecológica
- Problematização das questões do decoupling, do crescimento verde, do de-crescimento e do pós-crescimento
- Apresentação sintética dos efeitos da transição digital no trabalho e no emprego, nomeadamente, a polarização da estrutura do emprego e do trabalho
- Problematização da articulação entre digitalização e transição ecológica
- Sublinhar a profunda assimetria existente quanto ao governo das transições digital e ecológica

A comunicação acabará com uma reflexão sobre 5 instrumentos identificados nas edições de 1992 e 2004 do Relatório Meadows (The Limits to Growth) para alcançar a transformação requerida: sobriedade e partilha como “rutura de civilização”.

REFERÊNCIAS

Autor, D. (2022): The labor impact of technological change: From unbridled enthusiasm to qualified optimism to vast uncertainty, NBER Working-Paper 30074

Meadows, D.; Randers, J.; Meadows, D. (2004): The Limits to Growth, Chelsea Green Publishing

Verdolini, E. (2023): Interlinkages between the just ecological transition and the digital transformation, ETUI Working-Paper 2023-1

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Energias fósseis
Transição ecológica
Transição digital
Produtividade do trabalho
Padrões de vida

TELEWORK AND THE FUTURE OF WORK AND ORGANIZATIONS.

AN EXPLORATORY ANALYSIS

AUTORES

Isabel Salavisa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

isabel.salavisa@iscte-iul.pt

Eduardo Simões

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

eduardo.simoes@iscte-iul.pt

Glória Rebelo

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

gloria.rebelo@netcabo.pt

The pandemic has dramatically accelerated the pace of the digital transformation underway (Schwab, 2016), drawing on a vast range of solutions based in telecommunications and ICT in work organization, services, sales, education and telemedicine. In this context, teleworking represented a major change that has not been fully reversed after the pandemic. In fact, homework continued to increase across European countries (ELFS, 2023), due to the confluence of workers' preferences and business interests (Bathini & Kandathil, 2019). In the short term, in the aftermath of the pandemic, the hybrid model, combining presential and homework, seems to represent a realistic and well-regarded option both for many enterprises and for employees.

However, medium-term impacts are less acknowledged, in both organizations and work, which are intimately intertwined. In fact, the extensive usage of digital technologies is changing business models, the shape of work organization and labour markets landscape, with the expansion of outsourcing and externalization of more and more activities. Companies aim to keep core activities only, and externalize the rest, in the line of the New Economy American firm (Lazonick, 2005). In this line, the hybrid model would represent an intermediate stage from the conventional hierarchical firm to a transactional configuration (Williamson, 1975).

This scenario poses three major potential problems for workers:

- The intensification of work, as a counterpart for an apparent benefit for employees due to working from home (Bathini & Kandathil, 2019), as they often seem to prefer in some activities (Bathini & Kandathil, 2019; Ferrara et al, 2022); together with social isolation with the consequent diminished contractual power vis-à-vis employers;
- The deepening of parametrization of activities to secure managers' control over work and workers (Groen, Van Triest, Coers & Wtenweerde, 2018), with the consequent intensification of work and extension of working time (Ferrara et al, 2022);
- The threat of seeing the replacement of wage-labour contracts with commercial contracts between companies and their workers, metamorphosed into service suppliers (Boyer, 2021; ILO, 2018).

Surprisingly, most literature on telework seems to ignore two major aspects: first, the close link and interdependence between shifts in organizational models and shifts in labour markets and work organization; second, the potential contradictions between short-term and medium-term impacts. Regarding the latter feature, reports on surveys conducted focusing on employee preferences (attitudes or inclinations towards homeworking, see Weber et al, 2022), omit the time-differentiated dimensions of impacts (an exception being Héry et al, 2022).

In this paper, we will address these issues and their socioeconomic, legal, and ethical dimensions in advanced countries, with a particular reference to the Portuguese case. We will draw on the extant theoretical literature, to examine

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Telework
Medium-Term Impacts
Parametrization of Work
Intensification of Work
Commercial Contracts

how relevant papers address (or not) our main questions and what are the main results of the surveys reported.

We will also draw on official data from recent surveys carried out by European Commission agencies, OECD, OIT, Eurofound, the Portuguese Statistical Office, and other entities, such as research institutions, international consultancy companies and employers' organizations (Huws, 2017; ILO, 2020).

REFERÊNCIAS

Bathini, D. R., & Kandathil, G. M. (2019). An orchestrated negotiated exchange: Trading home-based telework for intensified work. *Journal of Business Ethics*, 154, 411-423.

Boyer, R. (2022). Platform capitalism: a socio-economic analysis. *Socio-Economic Review*, 20(4), 1857-1879.

Héry, M., Malenfer, M., de Jovenel, F., & Grzesiak, L. (2022). Medium-term consequences (5 years) of the Covid-19 crisis on work organization and occupational risks: a prospective study. *European Journal of Futures Research*, 10(1), 1-14.

DIGITAL PLATFORMS: HOW TO REGULATE?

AUTORES

Maria Eduarda Gonçalves

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

mebg@iscte-iul.pt

The initial narrative around digital platforms acclaimed their role in opening up markets and enabling opportunities for businesses, in facilitating users' interactions with those partaking converging identities or interests and in generating civic engagement or social media communities around specific causes (Benkler, 2006). Digital platforms started to be regarded as mere intermediaries providing hosting services. The principles of Internet neutrality and of the intermediaries' liability immunity regarding possibly illegal contents placed on their platforms then prevailed.

Generally speaking, digital platforms are a kind of digital services available on the Internet. They do not limit themselves to electronic commerce, search engines and social media. They are today a real force in the economy of apps, in entertainment, in social communication, transportation, accommodation, employment search, mobile payment, creative content, in the services of the so-called collaborative or gig economy. All these services mediate interactions between two or more sets of distinct, while interdependent, organisations or individuals (OECD, 2019).

The bearing of digital platforms on economies and societies has been mounting. While their positive contribution to innovation, the democratisation of markets, or the easier and faster spread of good ideas, is recognised, platforms' adverse impacts on public health, on social polarisation, fake news or hate speech, have been the cause of increasing concern. Additional apprehensions stem from the exploitation of users' personal data, a specific feature of the business model that underlies most platforms, as well as from the dominant positions and the ensuing power of the biggest operators.

The question comes up, who should be responsible for securing public values in the platform ecosystem (Van Dijck, 2020).

To respond to these challenges, the European Union (EU) undertook an avalanche of legislative initiatives, namely the Digital Services Act (2020), the Digital Markets Act (2022) and the Artificial Intelligence Act (2021), besides the General Data Protection Regulation (2016) and the Directive on copyright and related rights in the Digital Single Market (2019).

While recognising their merits, the European Commission (EC) openly admitted the growing power and influence of the major digital platforms, the lack of transparency on how they use and explore the data, their opacity with respect to ways in which algorithms shape consumers' behaviour, and their anti-competitive practices. The EC has unequivocally acknowledged that:

"The accelerating digitalisation of society and the economy has created a situation where a few large platforms control important ecosystems in the digital economy. They have emerged as gatekeepers in digital markets, with the power to act as private rule-makers. These rules, however, sometimes result in unfair conditions for businesses using these platforms and less choice for consumers". "A core concern is the trade and exchange of illegal goods, services and content online. Online services are also being misused by manipulative

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Regulatory and Governance
Challenges for Complex
Societies

PALAVRAS-CHAVE

Digital platforms
Internet intermediaries
Public regulation
Self-regulation
Disinformation

algorithmic systems to amplify the spread of disinformation and for other harmful purposes. These new challenges and the way platforms address them have a significant impact on fundamental rights online” (<https://ec.europa.eu/digital-single-market/en/digital-services-act-package>)

Against this background, it is somehow perplexing that the emerging EU legal framework assigns key regulatory responsibilities to the digital platforms’ operators themselves to the detriment of the public authority, in this way endorsing their role as “private rulers”. This tendency is apparent in the risk-based approach under the General Data Protection Regulation, in the due diligence and transparency obligations under the Digital Services Act (e.g. the platforms’ obligation to search for and remove illegal and harmful contents), in the promotion of agreements between platforms and editors under the Copyright Directive or in the emphasis on ethics under the Artificial Intelligence Act; and, generally, in the relevance paid to the part to be played by users in the identification and notification of misconducts. By the way, public regulation is remitted to an essentially supervisory role grounded largely on notifications by operators or users, and as an instance of last resort, altogether in ways that point to a significant change of conventional regulatory paradigms.

An ensuing critical issue of both practical and theoretical significance is how the new “private rulers” are coping with their novel regulatory responsibilities.

The belief seems to exist, at least in some circles, that the dynamics of the market is such as to motivate the platforms to act voluntarily to fulfil their social responsibilities. As a matter of fact, several platforms have been creating trust-building mechanisms aimed to respond to the concerns of users on matters relating to payment mechanisms, conflict resolution or information asymmetries. Yet, erratic conducts such as Twitter’s removal of Donald Trump’s account (after the invasion of the Capitol Building in Washington in 2016), and later the account’s re-establishing (following a public opinion survey carried out by the platform itself in 24 hours) are not cause for tranquillity.

REFERÊNCIAS

Benkler, Y. (2006), *The Wealth of Networks. How Social Production Transforms Markets and Freedom*, New Haven and London: Yale University Press

Van Dijck, J. (2019), “Governing digital societies: Private platforms, public values”, *Computer Law & Security Review*, 36, https://www.researchgate.net/publication/337205436_Governing_digital_societies_Private_platforms_public_values

OECD (2019), *An Introduction to Online Platforms and their Role in the Digital Transformation*, https://read.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/an-introduction-to-online-platforms-and-their-role-in-the-digital-transformation_53e5f593-en

RESUMOS

**PAINEL
DINÂMICAS CULTURAIS
E TERRITORIAIS**

DOS GRANDES TRABALHOS À MONUMENTALIDADE CRÍTICA EM ÁLVARO SIZA.

DOIS PROJETOS SOBRE A CIDADE DO VIRAR DO MILÉNIO

AUTORES

Paulo Tormenta Pinto

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

paulo.tormenta@iscte-iul.pt

Ana Brandão

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

ana.luisa.estevao@iscte-iul.pt

Pedro Pinto

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

pedro.pinto@iscte-iul.pt

Elodie Marques

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

Elodie_Marques@iscte-iul.pt

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Creative and Participative
Lives Creative and
Participative Lives

PALAVRAS-CHAVE

Grandes Projetos Urbanos
Expo'98
Álvaro Siza Vieira
Monumentalidade

A presente comunicação tem como objetivo mostrar as relações entre dois projetos de investigação, “Grandes Trabalhos - Operações arquitetónicas e urbanísticas depois da Exposição Mundial de Lisboa de 1998” e “A Monumentalidade Crítica de Álvaro Siza – Projetos de Renovação Urbana depois da Exposição Internacional de Lisboa de 1998”, desenvolvidos no D'C. Apesar do foco distinto de cada um, com objetos de estudo e racionais teóricos próprios, os dois projetos partilham um entendimento comum sobre um tempo específico da cultura urbana e arquitetónica portuguesa no virar do milénio.

O projeto de investigação “Grandes Trabalhos” foi desenvolvido entre outubro de 2018 a outubro de 2022. Visou identificar, caracterizar e debater as políticas urbanas e a arquitetura produzidas em Portugal como parte do legado do evento e da operação urbana da Expo'98. Como 'laboratório urbano', o evento teve um impacto significativo na cultura urbanística, projetual e tecnológica desenvolvida no país, estabelecendo um novo paradigma de qualidade dos espaços construídos e sendo, nas décadas seguintes, referência formal e processual para diversas políticas públicas e intervenções locais.

Ao nível nacional, a investigação analisou o Programa Polis, iniciativa lançada em 2000, entendida como o maior instrumento de disseminação da experiência de renovação urbana da Expo'98, em quase três dezenas de cidades portuguesas. O programa compreendeu uma perspetiva ambientalista de requalificação urbana e ambicionava a melhoria da qualidade de vida nas cidades, com forte impacto nos núcleos históricos, na requalificação de espaços públicos e áreas verdes e na criação de equipamentos de referência.

É no contexto destas iniciativas que o projeto, agora em curso, “A Monumentalidade Crítica de Álvaro Siza” encontra os seus objetos de trabalho. A investigação visa caracterizar e refletir sobre os projetos de Álvaro Siza desenvolvidos no âmbito das políticas urbanas do princípio do século XXI. O ponto de partida é o Pavilhão de Portugal na Expo'98: edifício de representação oficial do país no evento, tido como um laboratório da arquitetura de Álvaro Siza e um projeto de referência da cultura arquitetónica portuguesa. Num cenário simbólico, o projeto questiona a ideia de monumentalidade, substituindo a noção de centralidade do edifício por uma integração no espaço público.

Após o evento, Siza trabalha em várias obras integradas em operações de requalificação urbana, direta ou indiretamente associadas ao legado da Expo'98. A investigação segue assim casos em quatro cidades — Parque Atlântico e Parque urbano em Vila do Conde, a marginal de Leça da Palmeira, Biblioteca Municipal de Viana do Castelo e o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso em Chaves — para aprofundar as relações produzidas pelas intervenções urbanas e arquitetónicas nos contextos específicos em que se inserem e lançar uma aproximação crítica relativa à ideia de monumentalidade nos projetos de Siza.

Metodologicamente, os dois projetos assentam num percurso baseado em trabalho de arquivo, levantamentos in situ e análise de documentação, que permitiram mapear e sistematizar o conjunto das intervenções, depois enquadradas no seu contexto urbano e arquitetónico, e os seus

contornos políticos, económicos e sociais. Em termos objetivos, o projeto “A Monumentalidade Crítica de Álvaro Siza”, partiu dos resultados preliminares dos “Grandes Trabalhos”, selecionando algumas intervenções como casos de estudo da nova investigação, vastamente documentados no Canadian Centre for Architecture. Mas o que se considera mais pertinente é destacar uma reflexão sobre o período temporal comum aos dois projetos.

No otimismo patente do final do séc. XX, as políticas urbanas foram marcadas pela competitividade entre cidades na atração de investimento, negócios e pessoas: a cidade do lazer e do consumo, na era global. Em Portugal, a consolidação democrática, reforçada pela integração europeia, inaugurou um tempo de estabilidade política e crescimento económico. Na arquitetura e no território, isso refletiu-se num período de forte investimento público, do estado central e das autarquias, que, ultrapassado um primeiro momento de infraestruturização e qualificação básicos, se centra noutras dimensões da vida urbana.

A Expo'98 é o momento alto deste processo, uma experiência de celebração coletiva do paradigma da nova sociedade portuguesa, democrática, aberta, inovadora, também patente no simbolismo do Pavilhão de Portugal. Depois do evento, é possível identificar um tempo onde esta cultura foi difundida e apropriada à escala nacional, a partir de políticas e programas específicos, mas também replicada em novas práticas espaciais e sociais, numa cidade performativa. Esta resignificação foi transmitida pela arquitetura e o desenho urbano que acolhem programas associados ao tempo livre, cultura e lazer, grandes equipamentos e espaços públicos de diferentes tipologias. A experiência estética é também retratada na importância que a arquitetura e a qualidade do ambiente urbano têm no papel de afirmação e distinção dos territórios.

Nas décadas seguintes, novos desafios globais alteram substantivamente as agendas das prioridades das cidades, com novas formas de produção. No entanto, compreender estas transformações recentes abre caminho a um debate sobre as formas de intervenção nas cidades e no território em Portugal e sobre mudanças e inovações necessárias para responder aos desafios futuros.”

REFERÊNCIAS

Ferreira, V. M., Indovina, F. (1999). A cidade da Expo98. Uma Reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa, Editorial Bizâncio.

Figueira, J. (2012). A EXPO 98 DE LISBOA: projeto e legado. ARQTEXTO, 16, pp. 152-163.

STRONGER PERIPHERIES: DISCUTINDO E OPERACIONALIZANDO A PARTICIPAÇÃO CULTURAL NUM PROJETO EUROPEU A PARTIR DAS NOÇÕES DE “SUL” E DE “PERIFERIAS”

AUTORES

Pedro Costa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

pedro.costa@iscte-iul.pt

Ricardo Venâncio Lopes

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

ricardo.lopes@iscte-iul.pt

Margarida Perestrelo

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

margarida.perestrelo@iscte-iul.pt

Elisabete Tomaz

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

elisabete_tomaz@iscte-iul.pt

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Creative and Participative Lives Creative and Participative Lives

PALAVRAS-CHAVE

Cultura

Participação

Periferias

Sul

Práticas artísticas

Reflexividade no trabalho académico

“Stronger Peripheries: a Southern Coalition” é um projeto de cooperação de larga escala cofinanciado pelo Programa Europa Criativa da União Europeia, o qual está a ser desenvolvido (entre 2020-2024) através de uma rede informal que reúne onze organizações culturais e três unidades de investigação, de dez países europeus do sul e do leste da Europa. Assume-se como um espaço de diálogo, colaboração e aprendizagem conjunta, questionando e discutindo as noções de “sul” e de “periferias” através de diversas estratégias artísticas colaborativas.

É, portanto, um projeto que envolve catorze parceiros (para além de uma outra unidade de investigação associada) destes dez países do Sul da Europa e Balcãs, com perfis muito diversos, incluindo redes de cooperação e programação cultural nos territórios, teatros e espaços culturais, festivais, espaços de criação artística e três universidades, onde se inclui o Iscte - Instituto Universitário de Lisboa através do DINÂMIA'CET-Iscte. Sendo um projeto que alia as componentes de criação artística e de investigação, visa, na sua matriz, questionar os conceitos de “sul” e de “periferias” (assumidos mais enquanto conceitos culturais do que puramente geográficos), vendo a cultura e as práticas artísticas como formas para promover a negociação das identidades coletivas e criar dinâmicas de capacitação e oportunidades de empoderamento das comunidades que questionem as dinâmicas de poder no campo cultural e as dicotomias simplistas entre norte e sul, ou centro(s) e periferia(s).

O programa de criação artística (realizado a partir de “Tandems” que cruzam os diversos parceiros – e suas comunidades – em processo de criação artística territorialmente ancorados) desenvolve-se sob 6 tópicos transversais de reflexão e debate, que refletem desafios sociais e políticos prevalentes no “sul periférico”: “Work and Happiness”, “Connecting Dots”, “Daily Bread”, “Having a Voice”, “Bridging the Gap” e “Right to the Future”. Estes são temas que permitem, por um lado, uma estratégia de mediação no diálogo com as comunidades locais, sendo interpretados e materializados localmente através da relação entre artistas, participantes e públicos, e por outro lado, são aspetos fulcrais para a discussão mais académica e científica (e de debate público com as comunidades artísticas nos diversos países envolvidos) realizada ao longo de todo o projeto.

No caso específico do DINÂMIA'CET-Iscte, o envolvimento no projeto é feito através de tarefas diversas, associadas à sua “expertise”, que incluem o desenvolvimento de dois “toolkits” (um para análise de audiências/públicos e outro para avaliar a qualidade da participação nestes processos), bem como a monitorização geral do projeto e dos seus impactos (aspetos em relação aos quais já tivemos oportunidade de apresentar alguns resultados em edições anteriores do workshop DINÂMIA'CET), mas também uma dimensão de envolvimento ativo na discussão destes temas gerais do projeto, nas diversas atividades artísticas e científicas do projeto, bem como das suas implicações em termos das políticas culturais, europeias e nacionais.

Esta comunicação, visa apresentar uma reflexão sobre a forma como a discussão destes conceitos está a ser feita no âmbito deste projeto, efetuada especificamente por parte da equipa do DINÂMIA'CET-Iscte envolvida neste projeto, num momento em que ultrapassamos já o meio do seu desenvolvimento,

e várias conclusões se podem já retirar, seja da forma como artisticamente estas noções estão a ser trabalhadas e apropriadas nos processos criativos e artísticos por parte dos diversos parceiros envolvidos, seja do que tem resultados dos diversos momentos de discussão mais conceptual e analítica efetuada pelos parceiros, equipas de investigação e convidados envolvidos nesta discussão até ao momento.

A apresentação está dividida em três blocos. Num primeiro momento é feita uma breve apresentação do projeto, contextualização das suas atividades e explicação do envolvimento do papel dos diversos tipos de parceiros nas atividades desenvolvidas, e do papel da equipa do DINAMIA/CET-isctee em particular. Num segundo momento faz-se uma análise comparativa da forma como, nos diferentes processo de criação artística e envolvimento das comunidades locais (realizados através dos “tandems” entre parceiros que estruturam o desenvolvimento dos trabalhos) estas noções estão a ser assumidas na prática, procurando a equipa do DINAMIA/CET trazer aqui uma reflexão mais “exterior” em relação à discussão e aplicação mais substantiva destas noções por parte dos parceiros. Finalmente, num terceiro momento faz-se uma síntese da forma como a discussão mais conceptual e analítica sobre esses mesmos conceitos tem sido feita no âmbito deste projeto, por parte dos parceiros académicos e criativos, nos momentos de discussão e reflexão realizados ao longo do processo até este momento e de sua discussão e apresentação pública (onde avulta como momento central a conferência internacional “having a voice: peripheries and participation at the heart of cultural policies” realizada no iscte em novembro passado).

REFERÊNCIAS

Costa, P. (2022) “Valuing culture and creativity impacts in a global technological era: reshaping the analytical framework”, *European Planning Studies*, 30:9, 1656-1675, DOI: 10.1080/09654313.2021.2023109

Costa, P.; Tomaz, E.; Perestrelo, M.; Lopes, R. V. (2022), “Constructing Stronger Peripheries: Comparing Self-Assessed Cultural Activities Impacts Among Cultural Institutions in Europe”, presentation to the 46th Annual International Conference on Social Theory, Politics and the Arts (STP&A Conference Seoul 2022) “Arts and Cultural Governance in Transition”, Hongik University, Seoul, South Korea, December 14-17, 2022

UM “OBSERVATÓRIO” DAS DINÂMICAS DO PATRIMÓNIO RELIGIOSO NO ALENTEJO

AUTORES

Rolando Volzone

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA’CET, Lisboa, Portugal

rveoo@iscte-iul.pt

O património construído religioso tem desempenhado, ao longo dos séculos, um papel essencial na Europa, moldando valores sociais, económicos, ambientais e culturais. Os locais de culto constituíram verdadeiros eixos de desenvolvimento territorial e continuam, ainda, a ser uma referência em zonas urbanas, periurbanas e rurais (Volzone, Fontes and Carapinha, 2023).

Em Portugal – como no resto da Europa –, as questões sociais (diminuição de fiéis, padres, pastores e vocações consagradas), mas também as ambientais e económicas (redução das paróquias e mudanças territoriais), levam ao abandono, subutilização ou redundância de edifícios religiosos (Future for Religious Heritage, 2022).

O presente estudo visa uma primeira observação das dinâmicas do património religioso português. Partindo da região do Alentejo, e com enfoque na rede monástico-conventual, é desenvolvida uma primeira análise sistematizada.

Após a identificação de 131 casos de estudo (a totalidade das fundações monástico-conventuais no Alentejo), a análise baseia-se em: revisão bibliográfica, censo e mapeamento, levantamentos in-loco (quando possível), identificação e caracterização dos proprietários, utilização e estado de conservação, entrevistas com as administrações locais.

Os resultados obtidos serão, numa segunda fase, cruzados com as políticas regionais e municipais de cultura e património. Adicionalmente, serão analisados os poucos casos ligados às atividades criativas e culturais, investigando esta alternativa de regeneração patrimonial como um motor para o desenvolvimento mais sustentável em regiões rurais e de baixa densidade.

REFERÊNCIAS

Volzone, Rolando; Fontes, João Luís; Carapinha, Aurora da Conceição Parreira (2023) “Towards the reconstruction of sacred medieval spatialities: multiscale analysis of the system of eremitical landscapes in Southern Portugal from historical records”. *Historical Archaeology* (in press).

Future for Religious Heritage (2022) “An overview on the state of religious heritage in Europe”. Bruxelles: FRH.

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA’CET-ISCTE

Innovation and Transition to Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Alentejo (Portugal)

Conservação

Desenvolvimento Sustentável

Património Religioso

Reutilização

RESILIÊNCIA CULTURAL, REDES E TENACIDADE EM AMBIENTES URBANOS DE PEQUENA DIMENSÃO EM PORTUGAL

AUTORES

Hugo Reis

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal
haprs@iscte-iul.pt

Ao longo dos últimos anos, vários têm sido os estudos que focam nas dinâmicas artísticas e culturais em espaço público e urbano como uma importante ferramenta de atuação, valorização ou regeneração urbana ou até mesmo de empoderamento social, político e económico. Em Portugal, o fenómeno da eventificação do lugar parece expandir para outros territórios mais remotos, rurais, periféricos, rur-urbanos entre outras designações adotadas para enquadrar lugares fora das áreas de expansão metropolitana. Porém, Annabela Rita (2019) reconhece que a cultura atravessa um momento de desorientação e a mesma, pelas suas práticas, não integra os principais programas de planeamento territorial, nacionais ou regionais.

Assente numa leitura precedente entre eventos artístico-culturais em espaço público e o mapa do País Arquipélago de Ferrão, J. (PNPOT, 2006) evidenciam-se semelhantes padrões e tendências de um país concentrado nas duas principais áreas de expansão metropolitana, Porto e Lisboa, e uma restante mancha de um país “submerso” e com menor representatividade.

Numa pesquisa detalhada sobre as dinâmicas artístico-culturais e urbanas, nomeadamente eventos artísticos planeados em espaço público, importa começar por entender a relação entre o tecido urbano e a criação artística em cidades de pequena/média dimensão em Portugal.

Atentos a uma oportunidade de expressão nestes territórios, quais os desafios que os agentes culturais enfrentam na relação com o espaço público enquanto espaço cívico e democrático? Quais as vantagens relativas aos pequenos meios e sua estrutura urbanística? Quais os modelos e referências dos agentes envolvidos na organização de eventos e atividades artístico-culturais nestes territórios?

Neste contexto, o presente estudo procura iniciar e estabelecer uma relação entre os agentes de promoção cultural locais (estrutura, modelos, redes, entre outros) e a estrutura urbana em pequenas/médias cidades portuguesas, como territórios de influência artística ou oportunos palcos de atuação e atração de novos públicos.

Recorrendo a uma metodologia exploratória propõe-se uma análise de casos em Évora e Ponta Delgada, onde se estabelece uma relação entre as características urbanas e dois projetos artístico-culturais ali sediados. Partindo da observação participante de dois casos de estudo: (1) Associação Malvada em Évora e (2) Associação Cultural Anda e Fala em Ponta Delgada.

Em ambos se evidencia a importância de redes culturais de escala regional, nacional e internacional na sua atividade, bem como, a relevância de uma rede de relações afetivas locais imprescindíveis para a sua subsistência. Em direção oposta, a carência de espaços de expressão cultural, financiamento ou a simples falta de recursos humanos para programar e actuar em espaços existentes estimulam o decréscimo da oferta cultural decorrendo disso uma ameaça ao desinteresse do público local.

O que podemos aprender com determinados projetos que se fixaram nestes contextos de pequena escala? De que forma o vínculo afetivo com o lugar e

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Creative and Participative
 Lives Creative and
 Participative Lives

PALAVRAS-CHAVE

Redes de afetividade
 Estudos urbanos
 Práticas artísticas
 Cidades de pequena/média dimensão

a tenacidade dos seus fundadores ou promotores influencia a continuidade, insistência ou até mesmo aceitação do projeto por parte do público?

Num momento em que a relação entre os eventos artístico-culturais e o planeamento territorial parece ser ainda muito incipiente ou, em sentido contrário, em desagregação, esta parece depender de múltiplos fatores. Numa apresentação gráfica e descritiva, estes dois casos em cidades de pequena/média dimensão em Portugal revelam algumas pistas estruturadas e circunstanciais que conduzem à sua prática sustentada num espaço urbano específico. Como a importância das redes de afetividade e um sentido de tenacidade singular.

REFERÊNCIAS

Ferrão, J. (2002/2) Portugal, três geografias em recombinação Espacialidades, mapas cognitivos e identidades territoriais. Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais

Richards, G. & Duif, L. (2019) Small Cities with Big Dreams. Creative Placemaking and Branding Strategies.

Richards, G. & Jarman, D. (2021) Events as platforms, networks, and communities. Event Management

RESUMOS

**PAINEL
GOVERNAÇÃO
E POLÍTICAS**

PODEM OS ÚLTIMOS SER OS PRIMEIROS?

CONDIÇÕES HABITACIONAIS INDIGNAS NA AML: OPORTUNIDADES, DESAFIOS E LUTAS EM CURSO.

AUTORES

Joana Pestana Lages

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

joana.lages@iscte-iul.pt

A habitação precária é um fenómeno crescente na Europa (Clair et al., 2018), particularmente nos países do Sul, onde tem sido um problema estrutural, resultado do processo de financeirização da habitação à escala global, do aumento dos valores de mercado e dos processos de gentrificação, comprometendo especialmente o acesso dos mais pobres à habitação adequada.

A Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) lançada em 2017, a Lei de Bases da Habitação aprovada em 2019, ou a criação do Ministério da Habitação em 2023, são relevantes indicadores políticos da tentativa de resolver a 'crise da habitação'. Com efeito, celebrando-se este ano os 30 anos do Programa Especial de Realojamento e apesar do esforço para a 'erradicação das barracas', observa-se que a Área Metropolitana de Lisboa (AML) apresenta ainda elevados níveis de desigualdades socioespaciais e que o direito à habitação está por cumprir para um crescente número de pessoas. O 'Diagnóstico das Condições Habitacionais Indignas na Área Metropolitana de Lisboa' encomendado pela AML e apresentado em Novembro de 2022 expressa a urgência: há 50.417 agregados familiares que vivem em condição habitacional indigna, um universo de 134.098 pessoas. Representam 4,2% do total de famílias e 4,7% das pessoas que residem na AML. Destes, mais de metade vivem em situação de insegurança e insalubridade e cerca de 20% em condições de precariedade.

Em fase decisiva de implementação através do Programa 1º Direito da NGPH, as respostas às condições de habitação indignas, devem ser uma prioridade. Tendo como lente o conceito de justiça espacial (Fainstein, 2010; Soja, 2010), esta comunicação ambiciona compreender as oportunidades atuais e os desafios colocados à implementação das políticas públicas destinadas a garantir uma habitação condigna, analisando as Estratégias Locais de Habitação (ELH), instrumento indispensável à operacionalização do financiamento para a habitação.

Metodologicamente, partimos de uma análise textual das ELH da AML, procurando sistematizar as respostas dadas às condições de habitação precária apontadas, mas também as respostas enunciadas para grupos sociais específicos marcados historicamente pela dificuldade em aceder a uma habitação digna (comunidade cigana, pessoas em situação de sem-abrigo, pessoas em situação de refúgio, comunidades migrantes, entre outras).

Desta forma, e cruzando com outros indicadores de realização das ELH, procuramos refletir sobre os desafios da implementação e da execução destes programas, partindo de uma leitura em dois eixos: o primeiro, assente na análise da legislação, dos programas e relatórios dos 18 municípios da AML; o segundo, realizado a partir do terreno, com enfoque no município de Loures através de visitas, entrevistas e acompanhamento a 6 bairros do concelho, afetados por precariedade habitacional.

Num momento marcado pela urgência do tema e a urgência em executar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com financiamento europeu atribuído pela primeira vez à habitação, não podem os que estão maior precariedade habitacional ficar, uma vez mais, em último, justificando que as suas situações são complexas de resolver.

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Regulatory and Governance Challenges for Complex Societies

PALAVRAS-CHAVE

Habitação
Precariedade habitacional
Políticas de habitação

Como resultado, verificamos que muitas situações de precariedade caminham para a não-resolução no âmbito da execução do PRR, perdendo-se a oportunidade para testar, implementar e executar políticas de habitação efetivas que respondam aos desafios sociais contemporâneos.

REFERÊNCIAS

Clair, A., Reeves, A., McKee, M., & Stuckler, D. (2018). Constructing a housing precariousness measure for Europe. *Journal of European Social Policy*, 29(1), 13–28. <https://doi.org/10.1177/0958928718768334>

Soja, E. W. (2010). *Seeking spatial justice*. University of Minnesota Press.

CIAUD. (2022). Diagnóstico das Situações Habitacionais Indignas “Habitação PRR-AML 2021|2026”. AML.

PARTICIPAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NA GOVERNANÇA URBANA EM PORTUGAL

AUTORES

Isabella Rusconi

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

isabella_rusconi@iscte-iul.pt

Neste contexto de crise transversal, a crise democrática expressa pela apatia política e descrença no sistema eleitoral, associada à crise urbana anunciada pelos processos de financeirização das cidades e acirramento das desigualdades socioespaciais, expõe a urgência de trazer os cidadãos para o centro da disputa política pelas cidades enquanto estas sofrem intensas e rápidas transformações (Fainstein, 2014; Fung 2015).

A participação está presente em todas as agendas urbanas e discursos políticos na Europa. Em Portugal, uma diversidade de programas políticos inovadores, promovem a participação cívica em processos transformadores de envolvimento cidadão direto à escala local (“BIPZIP”, “Bairros Saudáveis”, “OPAD”), enquanto outras iniciativas experimentam novas formas de participação popular nos processos decisórios sobre políticas urbanas (IGTs, Assembleia de Cidadãos). Independentemente destes desenvolvimentos, existe uma lacuna no que diz respeito às metodologias de conceção, implementação e avaliação destas práticas. Da mesma forma, não existem evidências de um sistema de participação coerente, nem de como (e se) estas práticas dialogam entre si (Falanga & Ferrão, 2021). A literatura aponta que a efetividade da participação pode ser explicada pelo arranjo institucional, que resulta da dinâmica interativa entre desenho institucional (regras procedimentais da participação) e dimensões relacionadas ao contexto local (Fung, 2015).

Com efeito, verifica-se que, em Portugal, a participação, na maioria dos casos, é abordada de forma instrumental. Num primeiro momento, como modo de legitimar decisões previamente estabelecidas e, em última instância, buscando melhorar a relação de confiança entre a sociedade civil e a representação política.

Uma das preocupações deste trabalho é a necessidade de aumentar o nível de institucionalização das práticas participativas na governação urbana em Portugal, com vista ao desenvolvimento de um sistema que funcione de forma estruturada e que permita o envolvimento dos cidadãos ao longo do tempo, independentemente de coincidência de projeto político com os representantes do momento.

Com base num quadro referencial metodológico especificamente definido, este artigo fará uma análise comparativa de diferentes desenhos institucionais participativos em Portugal. Esse quadro estabelece critérios para observar: em quê; quem; como e quando se participa; dando especial atenção aos possíveis recursos a utilizar para ultrapassar as já conhecidas barreiras à participação, sendo eles: i) o potencial inclusivo e a existência e utilização de mecanismos para reduzir as assimetrias entre a capacidade de expressão dos participantes; ii) a qualidade da interação e a diversidade entre os atores e iii) o desenho de metodologias e a incorporação de novas tecnologias e ferramentas baseadas nos usuários.

Em seguida, utilizando de forma exploratória e qualitativa um conjunto de reflexões, apuradas através de entrevistas a atores envolvidos nestas práticas, ponderará sobre o impacto que as dimensões contextuais têm sobre estas

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Regulatory and Governance
Challenges for Complex
Societies

PALAVRAS-CHAVE

Governança urbana
Institucionalização da participação
Arranjos participativos
Engajamento cívico
Portugal

iniciativas nos seguintes aspectos: i) a dinâmica das relações de poder; ii) a capacidade de transferência de conhecimento e influência entre as esferas participativa e governamental e, finalmente, iii) os resultados concretos no desenvolvimento urbano e territorial.

Por fim, discute-se um conjunto de recomendações sobre as possibilidades de articular um sistema de inter-relação entre os instrumentos participativos existentes, explorando caminhos para a institucionalização de uma participação continuada e sustentável na governança urbana.

REFERÊNCIAS

Fainstein, S. S. (2014) 'The just city', *International Journal of Urban Sciences*, 18(1), pp. 1–18. doi: 10.1080/12265934.2013.834643.

Fung, A. (2015). Putting the public back into governance: The challenges of citizen participation and its future. *Public Administration Review*, 75(4), 513–552.

Falanga, R. and Ferrão, J. (2021) 'The evaluation of citizen participation in policymaking: Insights from Portugal', *Evaluation and Program Planning*, 84(November 2018). doi: 10.1016/j.evalprogplan.2020.101895.

WHY DOES THE NEXUS BETWEEN FINANCE AND INEQUALITY BREAK IN TIMES OF FINANCIALISATION?

EMPIRICAL EVIDENCE FOR THE EUROPEAN UNION COUNTRIES

AUTORES

Ricardo Barradas

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

ricardopereirabarradas@hotmail.com

Inequality has continued to widen all over the world, and has even reached its historical maximum level in some countries in the last few years (Zalewski and Whalen, 2010; Piketty, 2014; Haan and Sturm, 2017; Westcott and Murray, 2017; Bolarinwa et al., 2021). Moreover, inequality tends to exhibit a strong persistence over time (Liang, 2006; Beck et al., 2007; Kus, 2012; Tan and Law, 2012; Seven and Coskun, 2016; Adeleye et al., 2017; Meniago and Asongu, 2018; Lee and Siddique, 2021; Barradas and Lakhani, 2022), due to the transmission through families of both wealth and ability, the imperfections of the financial markets, geographical or local segregation and self-fulfilling beliefs (Piketty, 2000). This requires the adoption of various public policies that could be inequality-constraining, and imposes the need to gain a better understanding of the role played by the financial system on the level of inequality, particularly because of the contradictory views between the mainstream literature and the non-mainstream literature.

The mainstream view is that the growth of finance tends to constrain inequality by promoting easier access to financial services for those who are poorer (Greenwood and Jovanovic, 1990). The non-mainstream view is that the growth of finance tends to enhance inequality by contributing to anaemic economic growth (Tridico and Pariboni, 2018; Barradas, 2020, 2022b; Pariboni et al., 2020), by failing to provide democratised access to financial services for all people (Seven and Coskun, 2016), by favouring banking systems with strong market power (Claessens and Perotti, 2007; Arora, 2012), by promoting more economic downturns and a consequent increase in unemployment (Seven and Coskun, 2016; Haan and Sturm, 2017), by feeding asset price booms (Hein, 2012; Lagoa and Barradas, 2021), by pushing down (up) the labour income (profit) share (Hein, 2012; Barradas and Lagoa, 2017; Barradas, 2019), by sustaining the flows related to foreign direct investment that are more detrimental to low-skilled and unskilled workers (Jaumotte et al., 2013) and by exacerbating the political power of the financial elites and the consequent adoption of various public policies and practices that favour the rich (Kaldor, 2021; Lagoa and Barradas, 2021). Empirical evidence has also provided mixed results that corroborate both the mainstream and the non-mainstream literature.

This paper aims to contribute to the current debate between the mainstream and the non-mainstream literature on the role played by the growth of finance in relation to the level of inequality by performing a panel data econometric analysis for all the European Union (EU) countries from 1980 to 2019. This paper extends the existing literature by offering at least six different contributions. First, it assesses the nexus between finance and inequality; the empirical evidence on this is scarce due to the proliferation of econometric works on the nexus between finance and economic growth (Arora, 2012; Tan and Law, 2012; Adeleye et al., 2017; Meniago and Asongu, 2018; Nandelenga and Oduor, 2020). Secondly, this paper focuses on the EU countries in a context in which the majority of econometric works are centred on the developing countries (Tan and Law, 2012; Seven and Coskun, 2016; Adeleye et al., 2017; Meniago and Asongu, 2018; Nandelenga and Oduor, 2020; Bolarinwa et al., 2021). Thirdly, this paper employs three different variables as proxies for the level of inequality (the Gini coefficient,

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Regulatory and Governance Challenges for Complex Societies

PALAVRAS-CHAVE

Financial Growth
Financialisation
Inequality
European Union

Panel Autoregressive Distributed Lag
Dynamic Fixed-Effects Estimator

the top 1% income share and the top 10% income share), aiming to take into account the overall distribution of income in a country and to isolate the wealthy cohort of each country, who typically have other sources of income (Furceri and Lougani, 2015; Makhoul et al. 2020). Fourthly, this paper measures the variables that are proxies for the level of inequality in terms of pre-tax and pre-transfer values (i.e., as gross values, with the aim of assessing inequality before income redistribution) and as post-tax and post-transfer values (i.e., as net values, with the aim of assessing inequality after income redistribution), which allows a broad picture related to inequality to be obtained, namely extending to the public intervention to mitigate inequality (Makhoul et al., 2020). Fifthly, this paper uses four different variables as proxies for the role of finance (credit, credit-to-deposit ratio, liquid liabilities and stock market capitalisation), in order to reflect the different aspects of finance (e.g., size, activity, depth, access, efficiency and stability) and the roles played by different financial intermediaries (e.g., banks and financial markets) in the widening of inequality in times of financialisation (Beck et al., 2014; Breitenlechner et al., 2015; Adeleye et al., 2017). Sixthly, this paper relies on a panel autoregressive distributed lag framework, which allows the long-term and short-term determinants of inequality in the EU countries to be distinguished.

Our findings confirm that finance, economic growth, educational attainment and the degree of trade openness exert a positive long-term effect on the level of inequality in the EU countries, whilst government spending has a negative impact in the short term. All of these findings are robust to the different proxies chosen. Our findings imply that policy makers should rethink the functioning of the financial system and adopt more pro-poor public policies in order to constrain the widening of inequality in the EU countries.

REFERÊNCIAS

- Claessens, S.; and Perotti, E. 2007. 'Finance and inequality: Channels and evidence'. *Journal of Comparative Economics*. 35 (4): 748-773.
- Ang, J. B. 2008. 'A Survey of Recent Developments in the Literature of Finance and Growth'. *Journal of Economic Surveys*. 22 (3): 536-576.
- Greenwood, J.; and Jovanicov, B. 1990. 'Financial development, growth, and the distribution of income'. *Journal of Political Economy*. 98 (5): 1076-1107.

POLÍTICAS SALARIAIS DAS EMPRESAS EM PORTUGAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS.

FORÇAS INSTITUCIONAIS OU FORÇAS DO MERCADO

AUTORES

Sérgio Lagoa

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

sergio.lagoa@iscte-iul.pt

Fátima Suleman

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

fatima.suleman@iscte-iul.pt

Abdul Suleman

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, BRU, Lisboa, Portugal

abdul.sulmean@iscte-iul.pt

As políticas salariais das empresas tendem a responder a estratégias e objetivos particulares, designadamente o desenvolvimento de competências específicas, a capacidade de atrair e reter trabalhadores, mas igualmente a quadros institucionais que regulam o mercado de trabalho. A regulação dos salários e do emprego por entidades nacionais e internacionais tem como objetivo promover a equidade e o bem-estar social dos trabalhadores (Berg, 2015). Neste sentido, uma certa literatura propõe uma divisão entre forças institucionais e forças de mercado no desenho de políticas de recursos humanos (Doeringer e Piore, 1971; Jacoby 2005), admitindo que as empresas tendem, cada vez mais, a seguir uma lógica mercantil (Bidwell, Briscoe, Fernandez-Mateo, e Sterling, 2013). Outros estudos (e.g. Lasiera, 2007) apontam no sentido de uma margem de autonomia das empresas e, conseqüentemente, na existência de diferentes opções para gerir a mão de obra. Dessa literatura sobrevivem então a seguinte questão: em que medida as empresas tendem a seguir uma lógica de mercado?

A nossa pesquisa procura responder a esta questão com base numa análise de políticas salariais das grandes empresas que operam em Portugal e, deste modo, pretende contribuir para o debate sobre a (des)valorização do trabalho. É sabido que os salários em Portugal são fixados com base em dois quadros regulamentares: o salário mínimo, que é definido a nível nacional, e os instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho, definidos a diferentes níveis (Cardoso e Portela, 2009). A investigação sobre a formação dos salários aponta para uma flexibilidade salarial que se traduz na reação dos salários à taxa de desemprego (e.g. Portugal et al., 2010), de modo que se torna pertinente colocar outras questões de pesquisa: como se comportam as empresas perante uma subida (descida) do desemprego? Qual a relevância do salário mínimo no desenho das políticas salariais? Qual a influência das outras regras salariais definidas coletivamente?

Esta pesquisa tem como pressuposto que as empresas adotam uma diversidade de práticas salariais, pelo que podemos esperar que essas práticas se traduzam em modelos que se aproximam de uma lógica institucionalizada ou de uma lógica mercantil em diferentes graus. Essa diversidade reflete-se numa segmentação do mercado de trabalho, e tem como consequência a desigualdade entre trabalhadores. O nosso estudo empírico foca-se então na segmentação do mercado de trabalho português, e tem por base as políticas salariais adotadas pelas empresas. Recorre aos Quadros de Pessoal, uma base de dados simétrica com informação detalhada sobre trabalhadores e empresas (ver Cardoso e Portela, 2009 para mais detalhes). Os dados sobre os trabalhadores são previamente agregados ao nível da empresa, sendo esta a unidade de análise da nossa pesquisa empírica. A estimação dos tipos de políticas salariais realiza-se através da técnica estatística de agrupamento k-médias, a qual permite identificar segmentos de empresas com características similares em termos da gestão dos salários e outras componentes da remuneração.

O trabalho está organizado da seguinte forma: na próxima secção, apresenta-se o debate teórico em torno das políticas salariais, bem como algumas notas sobre os estudos disponíveis sobre a temática em Portugal; a metodologia e

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Regulatory and Governance Challenges for Complex Societies

PALAVRAS-CHAVE

Políticas salariais
Empresas
Portugal

algumas características do mercado de trabalho português são detalhados na secção 3; a Secção 4 é dedicada às diferentes dimensões de análise tratadas na avaliação empírica e inclui ainda a discussão dos resultados; finalmente, as notas conclusivas e orientações de política são apresentadas na secção 5.

Em termos conclusivos, uma análise a partir das políticas salariais das empresas permitiu identificar segmentos que se diferenciam pela forma como se remunera o trabalho. Neste sentido, os diferentes tipos de políticas salariais identificados mostraram que há duas lógicas distintas: numa maioria de empresas, parece haver um cumprimento das regras definidas coletivamente, as quais garantem um nível salarial e protegem os trabalhadores de uma competição no mercado de trabalho. Designámos essas empresas de «Reguladas», as quais oferecem salários próximos do salário mínimo a uma proporção considerável de trabalhadores. São também empresas que reduzem os salários mais fortemente em época de recessão. Claramente, a regulação é aqui determinante para garantir condições salariais mínimas.

Em sentido oposto, há uma pequena proporção de empresas que oferecem salários altos, acompanhados de recompensas associadas à performance e tendem no sentido da individualização salarial. Nessas, há uma preocupação pela equidade interna e reconhecimento de competências específicas. São empresas reguladas por uma negociação descentralizada que deixa espaço discricionário ao empregador. O trabalho é valorizado, mas a desigualdade é mais forte.

Em suma, os padrões de política salarial identificados apresentam uma forte dicotomia e revelam o papel das empresas enquanto produtoras de segmentação no mercado de trabalho e desigualdade entre trabalhadores. Os decisores políticos e os atores sociais precisam envolver os empregadores no processo de (re)valorização do trabalho e na criação de condições de competitividade das empresas que não seja pela via tradicional dos baixos salários.

REFERÊNCIAS

Bidwell, M., Briscoe, F., Fernandez-Mateo, I. e Sterling, A. (2013). «The employment relationship and inequality: How and why changes in employment practices are reshaping rewards in organizations». *The Academy of Management Annals*, 7: 61–121.

Cardoso, A. R. e Portela, M. (2009). «Micro foundations for wage flexibility: Wage insurance at the firm level». *The Scandinavian Journal of Economics*, 111: 29–50.

Berg, J. (ed.) (2015). *Labour Markets, Institutions and Inequality Building Just Societies in the 21st Century*. Geneva: ILO.

RESUMOS

**PAINEL
FORMAS DE TRABALHO
E ENVELHECIMENTO**

PROMOTING WORK FROM ANYWHERE: AN ANALYSIS OF NEW WORKING SPACES IN PORTUGAL

AUTORES

Elisabete Tomaz

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

elisabete_tomaz@iscte-iul.pt

Maria Assunção Gato

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA'CET,
Lisboa, Portugal

maria.gato@iscte_iul.pt

Recent socioeconomic and technological developments with significant impacts on work organization and labour relations, along with changes in the work/life relationship, have driven the emergence of new working spaces (NWS) such as coworking, fab labs, maker spaces, etc.

Also, in Portugal, the NWS phenomenon grew in popularity mainly due to the global economic crisis of 2008 and the subsequent sovereign debt crisis, in which an increasing number of self-employed workers, especially in digital technologies and creative industries, began to seek these shared workspaces.

However, in March 2020, the Covid-19 pandemic crisis imposed new challenges and demands on the work domain. Until then, the teleworking regime in Portugal had a weak expression, facing much resistance and mistrust from workers and employers in the public and private sectors. In March 2020, the State of Emergency was declared to mitigate the spread of the virus. The telework regime was mandatory as long as their function was compatible with working at home, regardless of the employment relationship. As a result, organizations and workers had to quickly adopt online platforms for telework and digital services to ensure the continuity of their activities. Consequently, the percentage of teleworking workers increased, especially in the service sector - notably in education, financial services, insurance, consulting, and public administration (Mamede et al., 2020; Mantey et al., 2020). According to Eurostat, the Portuguese employed population working from home rose from 6.5% in 2019 to 13.8% in 2020 (Eurostat, 2021).

After the lockdowns, many workers remained reluctant to leave the permanent or partial teleworking regime. Many employees underlined the reduction in time and cost spent on commuting and the greater flexibility and autonomy (e.g. Brandão, 2021; Eurofound, 2020). Companies also began to question the benefits in terms of optimization and cost reduction of their resources, indicating irreversible transformations in the work modes and spaces.

Thus, the growth of this workforce and companies that will continue to work remotely or experiment with hybrid forms is seen as an opportunity for many CWS.

Additionally, in 2021 the Portuguese Government launched a network of coworking spaces managed by municipalities in the country inland to boost these territories, increase the attractiveness of remote areas for both people and companies, reduce travel needs, and improve the quality of life.

Among the sectors most affected by the pandemic were the tourism and hospitality sectors. Many hotels and short-term accommodations have adapted to the new demands, offering spaces to meet the needs of remote workers.

It is also necessary to underline that in the last decade, Portugal has attracted more and more digital nomads, entrepreneurs and foreign investors due to the low cost of living, pleasant climate, quality of life, and security, among others.

The Portuguese Government has taken measures for the national innovation ecosystem's development and international visibility and legislative initiatives

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Creative and Participative
Lives Creative and
Participative Lives

PALAVRAS-CHAVE

COVID-19 effects on work
hybrid spaces
new working spaces
remote work
spatial analysis
tourism

such as E-Residence 2.0. and the Golden Visa program (which was updated to promote international investment in low-density areas).

Following this trend, many municipalities and tour operators seek to benefit from this market segment. However, there is a lack of understanding about these dynamics, particularly the link between tourism and the development of the NWS and its locations.

This article focuses particularly on the location and development of coworking spaces (CWS) and other hybrid solutions in Portugal based on the unprecedented pandemic situation and the new development strategies and public policies undertaken that relate to these spaces and their users. The main objective is to critically understand these dynamics associated with the new ways of working and living, supported by spatial and statistical data, documentary analysis, interviews with key informants and focus group discussions. Besides, it will be explored the link between tourism and CWS location and development, looking at tourist destinations and political and industrial strategies to attract remote workers and digital nomads.

In total, 218 coworking spaces with different natures and facilities were identified through various sources. In addition, spatial analysis was performed at the NUTS II level. The findings indicated a high concentration in the Lisbon Metropolitan Area and Norte region, with a gradual spread to smaller cities, peripheral areas and less populated regions. Furthermore, it is possible to identify some trends in CWS development related to tourism destinations regarding the Oeste Region the surf spots or Madeira Island.

The results provide critical insights for further research and policymakers.

REFERÊNCIAS

Mamede, R. P., Pereira, M., & Simões, A. (2020). Portugal: Rapid assessment of the impact of COVID-19 on the economy and labour market (p. 29). International Labour Office. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/publication/wcms_749191.pdf

Eurofound. (2020). Living, working and COVID-19. Publications Office of the European Union.

Manteu, C., Monteiro, N., & Sequeira, A. (2020). O Impacto de curto prazo da pandemia Covid-19 nas empresas portuguesas. (Occasional Papers No. 03). Departamento de Estudos Económicos, Banco de Portugal.

HYBRID WORK PATTERNS.

IMPLICATIONS FOR URBAN DESIGN AND PLANNING

AUTORES

Juliana Martins

University College London,
Bartlett School of Planning,
Londres, Reino Unido

Iscte – Instituto Universitário
de Lisboa, DINÂMIA' CET,
Lisboa, Portugal

j.martins@ucl.ac.uk

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA' CET-ISCTE

Innovation and Transition to
Sustainable Societies

PALAVRAS-CHAVE

Pandemic
Urbanism
Hybrid Work

In the past decades, developments in ICT, post-industrial restructuring, and labour market flexibilisation led to new spatiotemporal working patterns (Reuschke and Ekinsmyth, 2021). These include new forms of work, particularly Flexible Working Practices, but also the emergence of new spaces of work (e.g. multilocation work, shared working spaces). While flexible work is not new, the Covid 19 Pandemic represented a significant event that forced a massive and sudden move to homeworking in several sectors of activity from banks to education. The pandemic, however, does not seem to entail a radical shift away from the office; rather it seems to be accelerating existing trends towards more flexible working patterns, which are consolidating into forms of Hybrid Working.

The adoption of Hybrid Working varies considerable across sectors and places but it does have the potential to generate significant impacts for cities, not just regarding where work is performed but also where people consume, the role of residential neighborhoods, and mobility needs. Emergent research from a variety of fields (e.g. geography, economics, etc) has identified several impacts.

This presentation reviews and synthesizes this emergent literature on the urban impacts of hybrid work, and reflects on the implications for urban design and planning.

REFERÊNCIAS

Reuschke, D., & Ekinsmyth, C. (2021). New spatialities of work in the city. *Urban Studies*, 58(11), 2177–2187. <https://doi.org/10.1177/00420980211009174ity>.

Andres, L., Bryson, J. R., Graves, W., & Warf, B. (2022). Urban value chains and re-framing agglomeration-centric conceptions of urban theory. *Urban Geography*, 0(0), 1–22. <https://doi.org/10.1080/02723638.2022.2125665>

Zenkter, M., Foth, M., & Hearn, G. (2022). Lifestyle cities, remote work and implications for urban planning. *Australian Planner*, 58(1–2), 25–35. <https://doi.org/10.1080/07293682.2022.2096086>

A SÉRIO, QUAL É A TUA PROFISSÃO?

UMA TIPOLOGIA DE CARREIRAS DIY NAS CENAS MUSICAIS INDEPENDENTES EM PORTUGAL

AUTORES

Ana Oliveira

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

ana.sofia.oliveira@iscte-iul.pt

Durante as últimas décadas, as indústrias musicais sofreram grandes transformações. A proliferação de serviços (ilegais) de download e streaming levou a um declínio nas vendas de música gravada e contribuiu para a crescente importância da música ao vivo. Esta tornou-se a principal fonte de rendimento para os músicos e uma multiplicidade de profissionais das indústrias musicais. Por outro lado, uma série de inovações tecnológicas e a emergência de uma “economia de plataformas” (YouTube, Facebook, TikTok, Instagram) contribuíram para um acesso mais generalizado aos meios de produção, distribuição e promoção da música e criaram canais de comunicação directa entre os músicos e os seus públicos, oferecendo igualmente aos primeiros oportunidades de monetização.

Embora não proporcionem uma democratização total dos processos de produção e distribuição cultural-criativa, estas transformações têm implicações nas práticas de trabalho dos músicos. Eles podem agora assumir o controlo e a responsabilidade por um leque mais amplo de actividades e tarefas no campo da música. À dimensão criativa da escrita, composição e interpretação, estes actores acrescentam muitas outras actividades - a de produtores, editores, promotores, agentes, DJs, entre outras. Ter uma carreira na música é muito mais do que saber cantar ou tocar um instrumento. Requer competências relacionadas com a gestão (por exemplo, planeamento e definição de estratégias, lidar com direitos de autor, royalties e outras questões legais, gestão de stocks) e com a produção de conteúdos para as redes sociais (por exemplo, marketing e auto-promoção) (Oliveira, 2023).

As análises mais recentes destas implicações para as formas de trabalho dos músicos estão ancoradas na abordagem DIY ou empreendedora das carreiras musicais que tem estado presente na investigação de diferentes géneros musicais, em diferentes contextos geográficos e socioculturais. Quando foi utilizada pela primeira vez no início do século XX, DIY referia-se às práticas de criação ou reparação de algo sem recorrer a um artesão/profissional experiente. A partir de meados da década de 1970, o DIY ganhou maior proeminência com o aparecimento do punk. Ao assumir o controlo dos meios de produção e distribuição de música, várias bandas punk criaram as suas plataformas de produção e, ao organizarem-se em rede, impulsionaram a emergência de circuitos de distribuição alternativos aos que dominavam as indústrias musicais. De uma forma de produção musical simbólica e ideologicamente distinta dos circuitos comerciais, durante as décadas de 1980 e 1990, a ética DIY permaneceu fortemente ligada à estética punk. Mas estendeu-se a outros géneros musicais, a outras esferas de produção cultural alternativa, e a outros domínios socioculturais. Hoje é sinónimo de uma ética mais ampla de políticas de estilo de vida, com repercussões nos projectos das pessoas e nas opções profissionais, à escala global (Bennett e Guerra, 2019).

A noção de uma carreira DIY implica compreendê-la como uma forma de trajetória profissional ou um padrão de promoção da empregabilidade (Oliveira, 2023) que permite aos indivíduos responderem ao contexto actual, orientado por configurações neoliberais e pela precarização do mundo do trabalho - isto inclui obviamente o trabalho artístico e cultural (McRobbie, 2016). Neste cenário

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Creative and Participative Lives Creative and Participative Lives

PALAVRAS-CHAVE

DIY
Carreiras Musicais
Perfis Profissionais
Cenas Musicais Independentes
Portugal

de redefinição do significado de DIY, assistimos actualmente ao crescimento dos níveis de profissionalização que caracterizam grande parte da esfera de produção cultural contemporânea do DIY. Isto não significa que o conceito de carreira DIY tenha perdido a sua ligação a um ethos de independência e resistência. A este ethos junta-se o reconhecimento da necessidade de alcançar um estilo de vida sustentável. Discutir carreiras DIY é reconhecer a sua dimensão pragmática, o que justifica a existência de intersecções entre esferas que outrora eram opostas: independente e comercial, arte e economia, trabalho e lazer, ideologia e pragmatismo. Parece mais apropriado assumir que as práticas e carreiras musicais DIY e independentes contemporâneas coexistem com as práticas e carreiras musicais mainstream num continuum e numa vasta dinâmica de intersecção, gerando diferentes graus e formas de independência.

Com base neste entendimento, esta comunicação pretende analisar as estratégias de construção de carreiras DIY nas cenas musicais independentes em Portugal. A partir de entrevistas com 71 actores envolvidos na produção e mediação de música independente portuguesa, procuramos compreender como constroem as suas carreiras DIY considerando: (1) as diferentes posições ocupadas nas cenas musicais independentes, centrando-nos nas questões de género, educação e classe social; (2) as estratégias que utilizam para negociar uma carreira musical e as suas perspectivas sobre música; e (3) a forma como o DIY está presente nas suas trajectórias. Para tal, realizamos uma leitura tipológica destas carreiras para identificar diferentes perfis de carreira. Com base numa abordagem de métodos mistos, identificamos cinco perfis de carreira distintos: "músicos todo-o-terreno", "músicos non-stop", "músicos mediadores", "músicos autores", e "mediadores". Nas suas diferenças, estas trajectórias são marcadas pela ética e praxis do DIY, desde o seu início até aos dias de hoje.

REFERÊNCIAS

Bennett A. and Guerra P. (eds) (2019). *DIY Cultures and Underground Music Scenes*. London: Routledge.

McRobbie A (2016) *Be Creative: Making a Living in the New Culture Industries*. Cambridge: Polity Press.

Oliveira A (2023) Another typical day at the office: Working life in the Portuguese independent music scene. *Etnomusicology Review* 23: 13–31.

O PROTOCOLO DE CASCAIS

CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA VELHICE NUM PROCESSO DE CO CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PARA O ENVELHECIMENTO

AUTORES

Gustavo Sugahara

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisboa, Portugal

Gustavo.Sugahara@iscte-iul.pt

Marta Matos

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, CIS, Lisboa, Portugal

Marta.Matos@iscte-iul.pt

À semelhança do que se verifica noutras periferias metropolitanas europeias, Cascais vive uma transformação demográfica sem precedentes e que impõe novos desafios à administração pública local. Os 97 km² que delimitam o território estão particularmente marcados pela grande assimetria entre a costa litoral e o interior, e pela influência mútua que exerce em relação à capital do país (Lisboa) e aos municípios vizinhos (Oeiras e Sintra). Com aproximadamente 215 mil habitantes, 20% dos quais com 65 anos ou mais, Cascais tem a quinta maior população entre os municípios portugueses. O concelho é também um dos três mais ricos do país – a par de Lisboa e Oeiras. O protocolo de Cascais foi desenvolvido como parte de um projeto de pesquisa contratado pela Câmara Municipal e partiu de duas premissas centrais estabelecidas pelos contratantes: (1) o envelhecimento e a velhice devem ser conceptualizados para além de um mero acumular de problemas, e (2) o projeto deveria ser co construído com os cidadãos, adotando uma abordagem de pesquisa-ação. Utilizando as lentes da gerontologia crítica e partindo do referencial das cidades amigas do envelhecimento da Organização Mundial da Saúde (OMS), este artigo tem como objetivo descrever e refletir criticamente sobre o protocolo aplicado em Cascais. O estudo decorreu em diversas localidades dentro do concelho, no primeiro semestre de 2022, e contou com diversos momentos de investigação distintos, incluindo um inquérito aos residentes, entrevistas semiestruturadas com pessoas chave, e uma extensiva revisão de secretária. Neste artigo, apresentamos uma reflexão crítica sobre o protocolo de investigação desenvolvido em Cascais, dando particular ênfase aos resultados coletados em 18 oficinas realizadas com 6 grupos de referência. Nesta atividade, foram utilizadas três fontes principais de dados, um inquérito em papel, distribuído antes de cada sessão, notas da equipa de investigação, e uma transcrição do áudio gravado. A organização e o conteúdo tinham como objetivos específicos desconstruir preconceitos e estereótipos em relação ao envelhecimento e a velhice, e, com base nesta discussão, permitir que os participantes identificassem oportunidades e prioridades de políticas públicas. O tema principal dos workshops 1 e 2 foi o envelhecimento e o enquadramento amigo do idoso no contexto de Cascais, respetivamente, durante o 3º workshop revimos coletivamente as notas da equipa de investigação e pedimos aos participantes que identificassem locais onde as pessoas poderiam e poderiam não envelhecer bem. Embora a idade não tenha sido um critério para a participação em todos os grupos, com exceção do grupo de pessoas mais velhas, a média de idade foi de 55 anos. Dos 63 participantes, 51 eram mulheres (81%) e 11 eram homens (17,5%) (sendo que 1 pessoa não respondeu). Apesar de um reconhecimento geral da diversidade no envelhecimento e da desaprovação do capacitismo, a maioria dos participantes continuou a associar negativamente o envelhecimento à incapacidade e dependência. A maior parte dos participantes revelaram já ter observado situações de idadismo em alguns contextos, mas a identificação sobre situações em que foram eles próprios idadistas revelou-se menos frequente. O Protocolo de Cascais provou ter grande potencial na promoção do envelhecimento ativo e no combate ao idadismo.

LINHA INTEGRADORA DO DINÂMIA'CET-ISCTE

Creative and Participative Lives Creative and Participative Lives

PALAVRAS-CHAVE

Idadismo
Envelhecimento
Pesquisa-ação

REFERÊNCIAS

- Yarker, S., & Buffel, T. (2022). Involving Socially Excluded Groups in Age-Friendly Programs: The Role of a Spatial Lens and Co-Production Approaches. *Journal of Aging & Social Policy*, 0(0), 1–21. <https://doi.org/10.1080/08959420.2022.2049571>
- van Hoof, J., & Marston, H. R. (2021). Age-Friendly Cities and Communities: State of the Art and Future Perspectives. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(4), Article 4. <https://doi.org/10.3390/ijerph18041644>
- Ayalon, L., & Tesch-Römer, C. (2018). Introduction to the Section: Ageism—Concept and Origins. In L. Ayalon & C. Tesch-Römer (Eds.), *Contemporary Perspectives on Ageism* (pp. 1–10). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-73820-8_1



dinamia
'cet _iscte

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

fct

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia